

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**A INDÚSTRIA CULTURAL COMO INSTRUMENTO DA HEGEMONIA DO  
NEOLIBERALISMO E AS PERSPECTIVAS DE CONTRA-HEGEMONIA**

**CARLOS ALBERTO SALIM LEAL**

Rio de Janeiro  
Julho, 2006

**A INDÚSTRIA CULTURAL COMO INSTRUMENTO DA HEGEMONIA DO  
NEOLIBERALISMO E AS PERSPECTIVAS DE CONTRA-HEGEMONIA**

**CARLOS ALBERTO SALIM LEAL**

Monografia apresentada à Escola de  
Comunicação Social da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro, como parte dos  
requisitos necessários à obtenção do  
diploma de bacharel em Jornalismo

**ORIENTADOR: PROF. DR. EDUARDO GRANJA COUTINHO**

Rio de Janeiro  
Julho, 2006

**Folha de Aprovação****A INDÚSTRIA CULTURAL COMO INSTRUMENTO DA HEGEMONIA DO  
NEOLIBERALISMO E AS PERSPECTIVAS DE CONTRA-HEGEMONIA**

CARLOS ALBERTO SALIM LEAL

Monografia submetida à banca examinadora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau em bacharelado em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

ORIENTADOR:

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho

EXAMINADOR:

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Fábio Lacombe

EXAMINADOR:

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ricardo Kubrusly Silva

SUPLENTE:

\_\_\_\_\_

Rio de Janeiro  
Julho, 2006

LEAL, Carlos Alberto Salim. A indústria cultural como instrumento da hegemonia do neoliberalismo e as perspectivas de contra-hegemonia. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho. Rio de Janeiro, julho de 2006. 56 páginas. Projeto Experimental de Jornalismo. Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

### **Resumo**

Esse trabalho busca investigar a centralidade da Indústria Cultural na instauração da hegemonia ideológica da classe dominante que marcou a instauração do neoliberalismo, assim como as perspectivas da construção de um campo de comunicação contra-hegemônico para o enfrentamento de tal modelo.

O deslocamento de capitais para o setor de serviços, verificado a partir da segunda metade da década de 70 e aprofundado na década de 90, principalmente na área de informação e de comunicação, é de potencial interesse para o entendimento do atual estágio de reprodução do capitalismo. Este processo tem estreita relação com a diminuição da taxa de lucros no âmbito da produção, resultante da crise que o capitalismo atravessa, e a necessidade da adoção, portanto, de estratégias marginais para apropriação de mais-valia.

A interação entre a expansão da Indústria Cultural e a implementação dos mecanismos econômicos neoliberais acabou por gerar um “mercado simbólico”, no qual as relações sociais e identidades culturais são reificadas. Esta interação foi fator determinante do refluxo dos movimentos sociais na década de 90.

No momento em que o neoliberalismo apresenta sinais de esgotamento, e que os movimentos sociais iniciam sua reorganização, o trabalho busca analisar a importância fundamental de que estes movimentos estruturem um campo de comunicação contra-hegemônico para fazerem frente à hegemonia neoliberal e seu “mercado simbólico”.

Palavras-chave: Neoliberalismo - Indústria Cultural - Reificação - Hegemonia - Contra-Hegemonia.

## Dedicatória

A toda minha família.

A meus pais, Leo e Vera e, em especial, à  
minha irmã Leila, que me ajudou em uma convivência  
diária, política e pessoal, a enfrentar tantas situações e  
experiências favoráveis e adversas, que contribuíram  
para formar as idéias que estão presentes nesta  
monografia.

A todos combativos companheiros de  
movimento estudantil, cuja convicção num futuro  
pleno e libertário deu sentido a minha passagem pela  
Universidade.

## **Agradecimentos**

A meu orientador Eduardo Coutinho, com quem compartilho uma concepção de Universidade e cujas orientações deram sentido a minha reflexão.

A Valdenêr Oliveira, incansável e criativo jovem pesquisador, com quem debati várias das idéias presentes na monografia.

A Thiago Brigada, pela amizade e solidariedade, em todos os momentos.

A Felipe Castanheira e Adriano Boaventura, que compartilham e ajudaram a formular várias das concepções aqui presentes.

A Fábio Lacombe e Maria Helena Junqueira, cujas aulas igualmente contribuíram, de maneira fundamental, para a elaboração dos pontos de debate desta monografia.

A Ricardo Kubrusly, cujos textos publicados no Jornal da ADUFRJ são fonte de inspiração para todos os lutadores da UFRJ, pela gentileza de se dispor a analisar este trabalho.

## **Epígrafe**

“A libertação dos explorados será obra dos próprios explorados” (Karl Marx)

## Sumário

<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2. O neoliberalismo e o advento do mercado simbólico</b>	<b>4</b>
2.1 A instauração do neoliberalismo e o fortalecimento da Indústria Cultural	4
2.2 Função Ideológica da Indústria Cultural na Reprodução do Neoliberalismo e a Instauração do Mercado Simbólico.	12
2.3 Relação entre a Mercantilização da Cultura e o Discurso Pós-Moderno	21
<b>3. A Necessidade de Mapeamento e da Estruturação de Novos Espaços Para a Articulação Do Discurso Contra - Hegemônico</b>	<b>28</b>
<b>4. Considerações Finais .....</b>	<b>43</b>
<b>5. Bibliografia .....</b>	<b>47</b>



## 1. Introdução

O deslocamento de capitais para o setor de serviços, verificado a partir da segunda metade da década de 70 e aprofundado na década de 90, principalmente na área de informação e de comunicação, é de potencial interesse para o entendimento do atual estágio de reprodução do capitalismo. Este processo traz grandes consequências para prática jornalística e para a produção de discursos na sociedade civil. Existe um duplo papel estratégico das corporações de mídia na contemporaneidade: é a esfera que legitima o discurso da globalização neoliberal e, ao mesmo tempo, um importante agente econômico global.

Ao instaurar uma lógica de que fato é valor, o neoliberalismo termina por instaurar um mercado simbólico na sociedade civil, no qual o valor de troca se torna um fim em si mesmo. Desta maneira, as relações sociais passam a ser cada vez mais fetichizadas, fazendo com que, por um lado, se perca de vista a noção de totalidade social, e, por outro, o espaço para a construção de discursos contra-hegemônicos diminua enormemente no campo da sociedade civil instituída. A partir daí lança-se a hipótese de que o jornalismo, tal qual era feito no período da socialdemocracia, está ameaçado. Naquele período, o *status quo* capitalista tinha que construir uma ideologia para se legitimar, através da qual se apresentava como um sistema capaz de promover a liberdade e a igualdade. Sendo assim, o jornalismo que se praticava subentendia um conjunto de valores comungados que norteavam a relevância e a valoração dos “fatos jornalísticos”.

Assim, abre-se a oportunidade para discutir se o advento do neoliberalismo, ao contrário do que vulgarmente se defende, não tenha de fato representado o fim do lugar do Estado enquanto instância de reprodução do capitalismo, mas sim que tenha modificado a sua função. O Estado diminuiu seu papel de mediador dos conflitos entre capital e trabalho, mas aumenta seu papel de organizador da economia e interventor militar. Ele fagocita a sociedade civil, transformando-a naquilo que Gramsci chama de “trincheira avançada do Estado”. Como consequência, a valoração, no campo do discurso hegemônico, cede lugar à reafirmação/imposição de uma ordem aparentemente imutável.

Este processo ocorre de maneira combinada com o deslocamento dos investimentos para o setor de serviços. A interação de ambos traz alterações fundamentais para o campo

da comunicação, determinando o surgimento do “mercado simbólico” que Fredric Jameson analisa em seu ensaio *O Pós Modernismo e o Mercado* e em seu livro *Pós Modernismo – Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*.

Além disso, podemos discutir que consequências este processo de fragmentação/reafirmação permanente do real sobre a forma de mercadoria traz para o jornalismo e a diminuição (e praticamente extinção) de espaços instituídos para a construção de discursos contra-hegemônicos. A partir daí, objetivamos mapear possibilidades e novos espaços para a construção destes discursos contra-hegemônicos.

A retórica neoliberal visa, em última análise, a privatização do espaço público, sob a égide de mecanismos de dominação cultural, política, econômica e militar que se tornaram verdadeiramente globais. Fredric Jameson sublinha que a capitulação “imperceptível e alarmantemente universal” frente ao discurso para-o-mercado implica, como contrapartida não-declarada, na deslegitimação ideológica de qualquer formulação alternativa ou contestadora, sobretudo a de esquerda.

A lógica tecnoburocrática enfraquece o papel dos poderes públicos: os Estados não têm capacidade de se opor aos mercados. Por seu turno, as instituições intermediárias da sociedade civil (partidos, sindicatos, associações) vêm estreitar-se os canais de participação social no processo histórico, substituídos gradualmente por técnicas plebiscitárias, sondagens de opinião e pesquisas que se contrapõem à escuta direta das comunidades organizadas.

A oligopolização das mídias insere-se no painel geral de forte concentração de comandos estratégicos de mega-mercados e de mundialização de conteúdos, bens e serviços, facilitada pela desregulamentação, pela supressão de barreiras fiscais, pela brutal acumulação de capital nos países altamente industrializados, pela deslocalização geográfica das bases de produção e, evidentemente, por redes integradas de múltiplos usos.

Uma das características da ideologia pós-moderna é a transformação da cultura em economia e da economia em cultura, processo através do qual as antigas fronteiras entre a produção econômica e a vida cultural estão desaparecendo. Cultura é negócio, e produtos são feitos para o mercado. Assim também desaparece a distinção entre fato e valor. A ideologia pós-moderna tende, por um lado, a afirmar que as relações sociais perderam suas determinações objetivas, tornando-se meras formas de interação intersubjetivas. Se as

determinações objetivas das relações sociais desapareceram no campo da ideologia, também desaparecem as possibilidades de transformações qualitativas na sociedade, uma vez que o projeto iluminista sempre pensou as transformações sociais como uma intervenção subjetiva sobre os fatores objetivos. Quando sujeito e objeto se fundem não através de uma intervenção do primeiro sobre o segundo, mas sim sobre a forma de uma subordinação/submissão do sujeito ao objeto, mascarado por um discurso da desconstrução da totalidade e da perspectiva histórica, aprofunda-se o processo de reificação do capitalismo analisado por Georg Lukács em seu ensaio *História e Consciência de Classe*. Ou seja, no campo do discurso some o lugar para a valoração e o discurso se torna, ele mesmo, um “objeto fetichizado”, ou seja, uma mercadoria.

Pierre Bourdieu, em *Contra Fogos 2*, afirma que “a cultura está em perigo” (mais especificamente, em um artigo relacionado ao Acordo Multilateral de Investimentos, que o levou a idéia de um movimento chamado "Exceção Cultural", já que, a partir do Acordo, as trocas econômicas também consistiam em trocas culturais), pois para ele o neoliberalismo pretende conseguir o monopólio econômico e o cultural. Não se trata, portanto, apenas de uma maneira de gerir políticas macro-econômicas. O neoliberalismo é uma “sociodicéia” (do termo “teodicéia”, que denota uma explicação da justiça de Deus). O que Bourdieu quer dizer com este termo é que qualquer aberração social, como crime, tráfico, miséria, é justificada pelo neoliberalismo através da explicação do/pelo mercado. O neoliberalismo representa o interesse burguês para colonizar todas as instâncias sociais.

Para Bourdieu, deve-se preservar o campo cultural, pois sua autonomia representa que existe uma autoridade cultural. O produto cultural se autoconfere um valor. Ao submeter o campo cultural ao campo econômico, o neoliberalismo troca um tipo de autoritarismo por outro: o autoritarismo cultural deixa de sê-lo, para surgir o autoritarismo econômico.

## **O neoliberalismo e o advento do mercado simbólico**

### **2.1 A instauração do neoliberalismo e o fortalecimento da Indústria Cultural**

Trataremos aqui o neoliberalismo não como um conjunto de idéias particulares, dotadas de sentido próprio, mas sim como o atual estágio de reprodutibilidade do capitalismo que tem início com a falência da socialdemocracia e do Estado de Bem-Estar Social. O marco geralmente adotado para tal falência é o choque do petróleo ocorrido em 1974. Ali começava a ficar evidente que o modelo baseado na produção em massa com grandes estoques, pleno emprego (na verdade, baixas taxas de desemprego) e expansão crescente do setor produtivo - ancorado na transferência de taxas de mais-valia dos países pobres para os países ricos - dava sinais de esgotamento. A esse estágio econômico do capitalismo correspondia um Estado que promovia uma mediação entre capital e trabalho sobre a forma de políticas de bem estar social que garantiam saúde, educação, moradia e transporte; que organizava uma rede de assistência social; que estabelecia controles sobre os fluxos de capital e, também, sobre a concentração de capital.

Como afirmamos anteriormente, nosso objetivo aqui é pensar como ocorre a relação entre a esfera da superestrutura da sociedade responsável pela produção de discursos (geralmente denominada sociedade civil) e os aspectos estruturais da economia e da relação entre capital e trabalho. Devemos, então, primeiramente analisar como se articulava a sociedade civil no período de vigência da socialdemocracia. O surgimento do conceito de sociedade civil na teoria política moderna se dá na obra de Antônio Gramsci. Como assinala Perry Anderson (em *Antinomias de Gramsci*), o conceito assume sentidos e conteúdos diferentes ao longo da obra do autor. Tomaremos o conceito inicialmente em seu viés mais simples, que seria (novamente fazendo referência a Perry Anderson) a instância da superestrutura da sociedade responsável pela produção do discurso do convencimento, geralmente formada por instituições privadas (associações, sindicatos, escolas, Igreja, meios de comunicação de massa). Sendo assim, a superestrutura da sociedade está dividida em duas instâncias: o Estado (tomando o mesmo num conceito mais limitado, ou seja, como seu aparato administrativo e repressivo) e os aparelhos de hegemonia da classe dominante (a sociedade civil). Mais à frente esta conceituação terá de ser dinamizada, mas por ora fiquemos com esta noção, pois é a mais adequada para a apreciação que se segue.

Como já foi dito, os anos da socialdemocracia marcaram um grande desenvolvimento da sociedade civil, instância que tem como função o estabelecimento da hegemonia da classe dominante. No entanto, essa sociedade civil está permeada por discursos de natureza diversa, e nela também se articulam discursos contra-hegemônicos. Por ser resultado de um período onde o discurso tem principalidade sobre a força na reprodução das condições de produção, os conflitos políticos também têm de ter seu espaço de expressão na sociedade civil, o que possibilita que sejam problematizados. Sendo assim, se por um lado os períodos de desenvolvimento da sociedade civil pressupõem uma situação razoavelmente estabilizada na infra-estrutura da sociedade, por outro são períodos em que (pelo fato do capitalismo ser, por definição, um sistema contraditório) se estabelecem contraposições de idéias, sentidos e discursos. Além do que, é necessário, nestes períodos, que a ordem vigente consiga alegorizar (conceito utilizado por Jameson para caracterizar uma representação que confere significado político a algo) sua capacidade de realizar os princípios básicos do iluminismo, como liberdade e igualdade (e para fazê-lo ela tem de, de fato, mesmo que parcialmente e só para uma parte da população, realizar estes princípios). Por quê? Porque, como sabemos, mesmo em períodos de estabilidade a sociedade capitalista continua carregando em seu seio interesses contraditórios. Logo, a perpetuação da burguesia enquanto classe dominante pressupõe que ela consiga expressar seus interesses como sendo os de toda a sociedade. Assim, o discurso articulado nestas condições tem que reservar um espaço para uma relação valorativa com a realidade.

O cenário que determina a crise da socialdemocracia já foi bastante estudado. Em linhas gerais, pode ser caracterizado como uma crise de super acumulação do capitalismo. No período da socialdemocracia o proletariado consegue, via pressão política, diminuir os níveis de extração de mais-valia, o que é contrabalanceado por desenvolvimento tecnológico. Como Marx demonstra em *O Capital*, a substituição de trabalho vivo por trabalho morto leva a uma diminuição das taxas gerais de lucro. Desta forma, em um determinado momento o capital não agüenta mais a oneração necessária para a sustentação do Estado de Bem Estar Social. Quebra-se, assim, todo o equilíbrio do período social-democrata. É necessário aumentar os níveis de extração de mais-valia e, então, o Estado perde sua função de mediador dos conflitos sociais e se torna, quer seja através da desregulamentação das relações de trabalho, quer seja através da intervenção militar, uma

instancia direta de imposição do capitalismo. Como afirma Eric Hobsbawm em *A Era dos Extremos*, os defensores da economia da Era de Ouro (termo utilizado por Hobsbawm para denominar o período de apogeu da socialdemocracia) não foram muito bem sucedidos. Isso se deu, em parte, porque eles eram limitados por seu compromisso político e ideológico com o pleno emprego, com Estados de Bem Estar e com a política de consenso do pós-guerra. Ou melhor, estavam espremidos entre demandas de capital e trabalho, quando o crescimento da Era de Ouro não mais permitia que lucros e rendas não comerciais igualmente aumentassem sem interferir uns nos outros. Logo, o neoliberalismo deve ser entendido não como um novo período de desenvolvimento do Capitalismo, mas como um conjunto de medidas para fazer frente à queda da taxa de lucros, dentre as quais se destacam: a desconstrução do Estado de Bem Estar Social, o aumento de intervenções militares por parte do Estado, a drástica diminuição de impostos e taxas alfandegárias para a circulação do capital, o aumento da exploração da mais-valia (acompanhada por crescentes níveis de desemprego), o deslocamento de investimentos para o setor de serviços (dentre eles o setor de comunicação, que irá gerar, como veremos mais à frente, a instauração do mercado simbólico) e a consolidação da chamada economia transnacional. Para nortear o funcionamento “econômico” do Estado, principalmente nos países pobres, foi instaurado o chamado “Consenso de Washington”. A partir de então, o Estado deixava de ser um promotor de políticas públicas e se tornava, principalmente, um “agitador econômico”.

A famosa expressão “Consenso de Washington” foi criada em 1989 pelo economista John Williamson. A expressão surgiu em meio a um encontro dos economistas mais respeitados pela direita mundial, que estiveram reunidos em Washington, nos Estados Unidos, para debater os problemas da economia mundial e estabelecer seus novos rumos.

John Williamson enumerou dez medidas que deveriam ser tomadas por países pobres para que eles “entrassem no mundo capitalista por excelência”, ou seja, para que se adequassem melhor ao sistema capitalista mundial. Foi justamente esta lista de dez reformas que ficou conhecida como o Consenso de Washington, tendo sido bastante utilizada em vários países, como Brasil, Argentina e México.

As dez reformas sugeridas eram:

1. **disciplina fiscal**, pois, segundo os apologistas do Consenso de Washington, altos e contínuos déficits fiscais contribuem para a inflação e a fuga de capitais; fica explícito que essa medida busca constituir o chamado Estado Mínimo, já que a orientação geral é diminuir os investimentos do Estado;
2. **reforma tributária**: a base de arrecadação tributária deve ser ampla e as Marginal Tax Rates moderadas; busca-se, assim, incidir maior carga tributária na chamada “classe média”;
3. **taxas de juros**; liberalização do sistema financeiro do país, os mercados financeiros domésticos devem determinar as taxas de juros do país;
4. **mudança nas prioridades para despesas públicas**; fazer uma engenharia das despesas públicas, cortando ao máximo investimentos do Estado em garantias sociais;
5. **taxas de câmbio**: favorecer as exportações, tornando-as mais baratas no exterior;
6. **abertura comercial**; as tarifas devem ser minimizadas e não devem incidir sobre bens intermediários, utilizados como insumos para a exportação; aqui fica explícita a tendência de desonerar ao máximo o capital para fazer frente à queda da taxa de lucro;
7. **investimento direto estrangeiro**; introduzir o capital e a tecnologia externa no país; essa medida, somada com a anterior, forma os fundamentos do chamado modelo toyotista, onde o capital segmenta seu ciclo produtivo para explorar de forma mais aguda todos os recursos de cada país;
8. **privatização das empresas estatais**; segundo os apologistas do Consenso de Washington, as indústrias privadas operam com maior eficiência, pois os executivos ganham dinheiro em cima dos lucros da empresa; essa medida também é de fundamental importância para a diminuição de impostos sobre o grande capital, o aumento do superávit primário e a conseqüente instauração do chamado Estado Mínimo; além disso, aqui está implícito um estratagema da ideologia neoliberal que buscaremos analisar mais à frente: o ceticismo velado sobre a capacidade dos homens se planejarem e serem sujeitos ativos do processo social; segundo a ideologia liberal, o melhor é

que os homens estejam submetidos a “pressões externas” para “desenvolverem suas potencialidades”;

9. **desregulamentação:** a regulação excessiva pode promover a corrupção e a discriminação com as empresas menores, que têm pouco acesso aos maiores escalões da burocracia; basicamente, os mesmos preceitos expostos acima estão presentes nessa orientação;
10. **direitos de propriedade assegurados, que devem ser aplicados;** essa medida vem coroar a necessidade do capital apropriar taxas de mais-valia na esfera da circulação, para fazer frente à queda da taxa de lucro no processo produtivo.

Assim, o Consenso de Washington passou a ser mais uma ferramenta de imposição do neoliberalismo. Países como Brasil, Argentina e México adotaram esta lista de reformas e passaram a ser governados com base no Consenso. Promoveu-se uma maior aproximação destes países com os organismos financeiros mundiais, como o Fundo Monetário Internacional, e uma série de contratos foram assinados. Tais contratos previam o recebimento de crédito de milhões, bilhões, de dólares por tais países, para que a lista de reformas fosse aplicada à risca. Assim, o país começaria a receber investimentos diretos estrangeiros, principalmente na área das privatizações.

Uma maior dependência do mercado financeiro se seguiu. Diversas crises econômicas surgiram no mundo capitalista, como a do México e a da Argentina. Muitos países tiveram sua economia quebrada, com muitos deles pedindo moratória da dívida. Desta forma, estes países passaram a ser discriminados financeiramente pelas potências mundiais, mas ainda assim mantinham sua agenda com o FMI.

O Consenso de Washington apregoou que a renegociação da dívida dos países pobres deveria seguir algumas metas. Como já vimos, todos esses países deveriam fazer uma abertura comercial, uma redução drástica das tarifas alfandegárias, abrindo mão de estabelecer quaisquer políticas públicas e de taxar o capital estrangeiro. Também foi proposto, já em um segundo momento do Consenso de Washington, o uso da âncora cambial, que atrela a moeda nacional ao dólar e impede a alteração da interação cambial, mantendo a moeda nacional estável. Economistas críticos ao neoliberalismo apontam nesse processo o fato do país perder capacidade de fazer política cambial, pois há uma perda da



soberania ao desvalorizar a moeda para exportar e diminuir a importação. Há, então, um fluxo de capitais privados internacionais, atraídos pela taxa de juros, que mantém a variação do dólar. A moeda americana é trocada pelos investidores internacionais (também especulativos) pela moeda nacional para aplicação no mercado financeiro ou em títulos da dívida pública.

Sendo assim, fica explícito que, tanto nos países de centro como nos países periféricos, a instauração do neoliberalismo traz grandes modificações para a função do Estado. Essas modificações têm consequências imediatas na chamada sociedade civil, já que ela deixa de ser um espaço de contraposição entre o discurso hegemônico e o discurso contra-hegemônico e se converte, cada vez mais, em aparelho ideológico de imposição do neoliberalismo. Na América Latina, os Estados na maioria dos casos se tornaram abertamente neoliberais a partir da década de 90, após a implementação do já analisado Consenso de Washington. No entanto, uma sociedade civil capaz de promover enfrentamentos entre discursos hegemônicos e contra-hegemônicos nunca chegou a existir plenamente nestes países a não ser de forma incipiente na década de 50, já que durante as décadas de 60 e 70 eles foram tomados por ditaduras militares de extrema-direita. Portanto, nestes países, muito mais do que uma alternância entre a contraposição de discursos e a imposição da lógica do pensamento único (como ocorreu nos países de centro), o que se observou foi a substituição da dominação político-repressiva (ditaduras militares) pela dominação político-ideológica.

Podemos passar, assim, à análise das consequências para o processo comunicativo e tentar lançar a hipótese de que, de maneira combinada com a mudança de caráter do “núcleo duro do estado”, também o processo comunicativo sofre uma mudança qualitativa. Tentaremos sustentar que, com o advento do neoliberalismo, a sociedade civil é esvaziada, ou então fagocitada pelo Estado e pelo capital. Para sustentar esta afirmação aparentemente contraditória (da sociedade civil sofrer uma dupla ofensiva, do Estado, que busca a sobre determinar e do capital, buscando a subordinar a seu “*modus operandis*”) precisamos voltar à teoria política e a Gramsci para pensar este esvaziamento daquilo que, até agora, chamamos de sociedade civil. O fato é que, como Perry Anderson demonstra, os conceitos de Estado, sociedade civil e de hegemonia assumem significados extremamente diversos no transcorrer da obra de Gramsci.

“Há uma oscilação entre, pelo menos, três posições do Estado no ocidente nestes primeiros textos (não vamos entrar na problemática posterior deste trabalho, ou seja, as conseqüências destas oscilações para o conjunto da obra de Gramsci). Ele está 'em relação equilibrada' com a sociedade civil, é apenas uma trincheira avançada da sociedade civil, ele é a estrutura sólida que abole a autonomia da sociedade civil. Estas oscilações, além disso, referem-se à relação entre estes conceitos. Os *próprios conceitos*, porém, sofrem as mesmas mudanças súbitas na sua delimitação e na sua posição. Assim, em todas as citações anteriores, a oposição é entre Estado e sociedade civil. Além disso, entretanto, Gramsci fala do próprio Estado como incluindo a sociedade civil. Aqui, a distinção entre sociedade política e sociedade civil se mantém, enquanto o conceito de Estado inclui os dois. Em outras passagens, entretanto, Gramsci vai mais além e **rejeita diretamente qualquer oposição entre sociedade civil e sociedade política, como uma confusão da ideologia liberal**” (esta conceituação será particularmente importante para nós). Resumindo, temos que:

Estado se contrapõe a sociedade civil

Estado engloba a sociedade civil

Estado é idêntico a sociedade civil (ANDERSON, 1986, p.15).

Continuando com Perry Anderson aprendemos que

“estas mudanças não são arbitrárias ou acidentais. Ela tem uma significação precisa na arquitetura do conjunto da obra de Gramsci” (Ibidem, 1986, p.15).

O objetivo desta longa citação é explicitar que não podemos tomar o conjunto de relações que envolvem ideologia, sociedade civil e Estado de maneira estática e ahistórica. Elas variam em conjunto com as mudanças ocorridas na estrutura econômica e na conseqüente variação ocorrida no equilíbrio de forças políticas. O fato é que o fim da socialdemocracia marcou um período de desconstrução da sociedade civil enquanto esfera de debate e de conflito hegemônico. Ao contrario do que defendem o culturalismo pós-moderno, a teoria liberal ou os partidos de origem social-democrata (que praticam políticas neoliberais), o que ocorre é uma incorporação da sociedade civil (enquanto esfera de disputa do discurso hegemônico e do discurso contra-hegemônico) pelo Estado (entendendo o mesmo agora de maneira mais ampla, ou seja, como elemento de imposição da classe dominante em todos os seus aspectos). Quando isso ocorre a própria sociedade civil muda de caráter, se tornando um elemento de reprodução do discurso dominante de maneira

unívoca. Retomando a exposição de Perry Anderson sobre a dinâmica entre base e superestrutura na obra de Gramsci:

“As idéias do movimento de livre comércio são baseadas no erro teórico, cuja origem pratica não é difícil de identificar; elas se baseiam na distinção entre sociedade política e sociedade civil, distinção que é transformada e apresentada como distinção orgânica quando, de fato, é meramente metodológica. Assim, afirma-se que a atividade econômica pertence à sociedade civil e que o Estado não deve intervir para regulá-la. Mas como na realidade efetiva a sociedade civil e o Estado se identificam, deve ficar claro que o sistema de livre troca também é uma forma de "regulação" estatal, introduzida e mantida por meios coercitivos” (Ibidem 1986, p15).

Também na superestrutura, no âmbito do discurso, o Estado deverá intervir para realizar tal imposição. Isso porque, como demonstra Fredric Jameson em seu ensaio *O Pós-Modernismo e o Mercado*, se a produção, a circulação e o consumo de mercadorias tem sua determinação nos processos materiais de produção, essa produção, circulação e consumo também pressupõem relações ideológico-simbólicas. É justamente neste momento que no interior da sociedade civil ocorre uma enorme mudança na correlação de forças. O discurso hegemônico passa a se impor de uma maneira quase que unilateral utilizando-se de aparelhos privados de hegemonia (principalmente a televisão, a indústria do entretenimento e jornais e revistas populares de grande circulação) que se moldam praticamente como aparelhos ideológicos do Estado (lembrando que, quando Althusser elaborou este conceito, ele estava se referindo às mesmas instâncias que Gramsci qualificava como sociedade civil, ou seja, meios de comunicação, associações, Igreja etc. Na prática, ele estava levando às últimas conseqüências uma das variáveis gramscianas para sociedade civil). Neste contexto, o surgimento dos grandes conglomerados de comunicação é sintomático. Eles são a ponta-de-lança e os maiores representantes desse processo. Como já vimos, o aumento dos investimentos no setor de serviços (em grande parte na Indústria Cultural) é conseqüência do processo de diminuição das taxas de lucro no setor produtivo. Mas, em interação dialética com esse fator, e moldando toda uma transformação na superestrutura da sociedade capitalista, a Indústria Cultural assume principalidade na imposição da ideologia (mercantil) dominante. A partir daí, a Indústria Cultural será responsável por difundir a crença de que a livre circulação e apropriação de mercadorias é a forma suprema de realização da liberdade humana. Ou seja, uma necessidade específica da burguesia em um determinado período histórico é apresentada como sendo uma necessidade eterna e

permanente de toda a sociedade. Como explica Terry Eagleton, isso representa a realização de uma hegemonia.

“Em termos gerais, portanto, poderíamos definir hegemonia como toda uma gama de estratégias, práticas mediante as quais um poder dominante obtém daqueles a que subjuga, o consentimento em sua dominação. Conquistar a hegemonia, na visão de Gramsci, é estabelecer uma liderança moral, política e intelectual na vida social, difundindo sua própria visão de mundo pelo tecido societário como um todo, e assim equiparando os próprios interesses aos interesses da sociedade como um todo.(EAGLETON, 1996, p198) .

## **2.2 A Função Ideológica da Indústria Cultural na Reprodução do Neoliberalismo e a Instauração do Mercado Simbólico.**

É neste contexto que Jameson vai situar a configuração do mercado simbólico. Como Adorno já havia explicitado, a Indústria Cultural tem como práxis a inserção da cultura na lógica da mercadoria. A realidade deixa de ser valorada, se tornando uma série de faticidades a serem aceitas. A lógica da mercadoria se expande para o campo simbólico no momento em que o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso. Este processo se verifica de forma muito clara na esfera da publicidade, onde o ato de consumir praticamente se dissocia do benefício que um determinado produto pode proporcionar. Se, no período anterior, a publicidade visava exaltar o valor de uso de um determinado produto para que no ato concreto da compra seu valor de troca se realizasse, no período do neoliberalismo é a necessidade do consumo permanente que garante aos indivíduos o seu sentimento de adequação à ordem vigente. Assim, o consumo cada vez mais se dissocia das necessidades e se torna, ele próprio, uma necessidade. O que deve ser enfatizado é o valor de troca, a apropriação de valor no ato de consumir. O consumo de mercadorias deixa de ser uma forma de se atender a necessidades passíveis de satisfação pelo valor de uso da mercadoria. O benefício que ela traz é o seu próprio valor de troca, a satisfação de possuir, de se apropriar de uma quantidade de valor. Na esfera do entretenimento esta lógica também se verifica, na medida em que se observa uma tendência à dissociação entre reflexão e o consumo dos bens culturais artísticos, como filmes, músicas, programas de TV, etc. O processo de consumo de tais bens significa a adaptação à lógica da reificação, uma vez que

exigem, por um lado, que o indivíduo abra mão de sua capacidade valorativa para consumi-lo, já que o bem em si mesmo tem uma estética não-valorativa. Por outro, a velocidade com que estes bens são oferecidos, somados à fragmentação do real que os mesmos promovem, exigem do consumidor um permanente esforço de “atenção passiva”, indispensável para o consumo destes bens culturais.

No campo do jornalismo o processo de imposição de uma lógica única e reificada pode parecer menos imediato, mas não é, de maneira nenhuma, menos poderoso. Se no período da socialdemocracia existia um conjunto de valores subentendidos e compartilhados, que conferiam sentido a um fato jornalístico, isso estava relacionado à idéia de que o sistema social tinha que “prestar contas” sobre sua capacidade de proporcionar liberdade, igualdade, etc. Ou melhor, na medida em que um determinado sistema social nada mais é do que um conjunto de interações entre homens, um fato jornalístico “negativo” significava que algo não está bem, que deveria ser modificado através da intervenção política organizada, etc. É notório, por exemplo, o papel que a mídia teve na guerra do Vietnã. Quando as atrocidades da guerra começaram a ser divulgadas, aumentou a pressão interna e externa contra os E UA, o que acabou constituindo-se em um dos fatores que obrigaram a retirada das tropas norte-americanas. Este é só um dos exemplos onde a cobertura jornalística teve papel decisivo para instrumentalizar ações políticas organizadas. Com o advento do mercado simbólico neoliberal, no entanto, o jornalismo perde esta função, já que se estabelece uma relação essencialmente não identitária entre indivíduos e a totalidade social. A relevância do fato jornalístico deixa de ser determinada por sua capacidade de conferir um sentido a um fato social. O que está em jogo, agora, é a incessante apresentação de um conjunto de informações fragmentadas, que tem muito mais o sentido de inserir o indivíduo em uma ordem pré-existente e aparentemente imutável, ou melhor, obrigar o indivíduo a uma incessante aceitação de um conjunto de informações para que se sinta parte do “mundo global”. Nesta lógica, o fato jornalístico como ápice de um processo social dotado de significado, como era pensado no período da socialdemocracia, deixa de ter sentido. Também a idéia de verdade, que sempre conferiu sentido à prática jornalística e que possibilitava a expressão de discursos contra-hegemônicos no jornalismo (pois pressupunha uma ação subjetiva que buscava

contextualizar um fato), parece desprovida de sentido. A idéia de busca de uma verdade social cede lugar à espetacularização do fato apresentado como um fim em si mesmo.

A homogeneização da produção cultural passa, desta maneira, a se acentuar, fazendo com que publicidade, entretenimento e jornalismo cada vez mais se aproximem na instauração de um mercado simbólico. Nele, o homem abdica de sua função de construtor de valores e se torna um apropriador incessante de mais-valia, fruto do trabalho alheio. Ele se torna um agente incessante da sua crescente desumanização. O homem não é mais capaz de se construir enquanto sujeito e se rebaixa à categoria de objeto, uma vez que se realiza não mais através de sua atividade, mas sim da apropriação de bens (simbólicos e materiais, que constroem um circuito fechado onde um remete a outro) desprovidos de valor. Constrói sua identidade não mais através de sua atividade, mas da adequação incessante ao já dado, pois esse processo de adequação nunca é completo. Este sistema parece reafirmar a tendência à desumanização dos homens já apontada por Marx nos *Grundrisse* :

“A circulação é o movimento em que a alienação geral aparece como apropriação geral. Embora a totalidade desse movimento possa muito bem afigurar-se um processo social, e embora os componentes isolados desse movimento originem-se na vontade consciente e nos interesses particulares dos indivíduos, a totalidade do processo aparece como uma relação objetiva, de surgimento espontâneo; uma relação que resulta da interação de indivíduos conscientes, mas que não faz parte da sua consciência nem é globalmente abarcada por eles. Seus conflitos dão origem a um poder social alheio, que se situa acima deles. Sua própria interação (afigura-se) um processo e uma força que independem deles. Por ser a circulação uma totalidade do processo social, ela é também a primeira forma em que não apenas a relação social figura-se uma coisa independente dos indivíduos, digamos, como uma moeda ou num valor de troca, porém o mesmo acontece com a totalidade do próprio movimento social".(MARX *Grundrisse* apud JAMESON ,1996,p 290 )

A novidade é que no neoliberalismo esta lógica é potencializada por um gigantesco aparato midiático, também articulado em um sistema fechado, como já vimos acima, e que de forma eficiente e oportuna legitima este processo através da apologia a uma inerente incapacidade e limitação humana à sua auto-emancipação, como afirma Fredric Jameson em seu Ensaio *O Pós Modernismo e o Mercado*.

O mercado, portanto, é o Leviatã em pele de Cordeiro: sua função não é incentivar e perpetuar a liberdade (muito menos a liberdade do tipo político), mas antes reprimi-la; e a propósito dessas visões pode-se

realmente reavivar os lemas dos anos de existencialismo - o medo da liberdade, a fuga da liberdade. A ideologia de mercado assegura-nos que os seres humanos estragam tudo quando tentam controlar seu destino (o socialismo é impossível), e que é uma felicidade possuímos um mecanismo interpessoal - o mercado - capaz de substituir a arrogância e o planejamento humanos, e de substituir por completo as decisões humanas. Só precisamos mantê-lo limpo e bem azeitado, e então - como o monarca de muitos séculos atrás - ele cuidará de nós e nos manterá nos eixos (JAMESON 1996, p 291 ).

Feita esta apreciação, devemos então avançar no entendimento desta relação entre a Indústria Cultural e a ideologia mercantil, que começa a se delinear na segunda metade da década de 70 se consolida na década de 90. Devemos, então, tentar responder à seguinte pergunta: qual foi o mecanismo específico de interação que possibilitou que a ideologia mercantil ganhasse um novo status, fosse apresentada e vivenciada como o “leviatã em pele de cordeiro”? O primeiro elemento que devemos considerar para responder esta pergunta é o avanço das tecnologias de comunicação que, como já vimos acima, ao mesmo tempo em que foram conseqüência da transferência de capitais para a esfera de serviços, foram também fundamentais para formação do “modelo toyotista de produção”. Estas novas tecnologias, como vídeo cassete, TV a cabo, TV digital, DVD e, principalmente, internet, somadas ao fortalecimento dos também já analisados grandes conglomerados de comunicação, possibilitaram um salto qualitativo na capacidade de produção da Indústria Cultural. Este aumento da capacidade de produção fez com que a Indústria Cultural pudesse oferecer uma quantidade enorme de mercadorias culturais. A partir daí, a ideologia mercantil ganha uma nova dimensão, desconhecida no período do liberalismo original. Ela passa a ofertar, através da Indústria Cultural, uma series de sensações, identidades, entretenimento e informações para serem consumidas em escala global. Esta enorme quantidade de bens simbólicos ofertados pela Indústria Cultural sobre a forma de mercadoria passa, então, a cumprir uma dupla tarefa. Por um lado, tais bens transferem para a ideologia mercantil todas suas qualidades "inerentes". A. ideologia mercantil, passa a ser legitimada já que se torna o mecanismo capaz de alimentar os indivíduos com um fluxo constante de informações, sensações, identificações, vivenciamentos, excitações e satisfações. É como se só no capitalismo global liberal as "informações" pudessem circular livremente e os indivíduos pudessem intercambiar suas "identidades" via Indústria Cultural. Complementarmente a isso, a simbiose entre imagem e coisa, entre conceito e objeto, a

partir do momento em que passamos, por exemplo, a conferir valor de uso a uma mercadoria através de sua imagem, em que consumimos o valor de troca de uma mercadoria, faz com que, no final das contas, seja o conceito o sacrificado. De novo voltamos ao problema da não-diferenciação entre fato e valor, porém agora esse processo se eleva a um novo patamar. Quando se fecha o circuito entre ideologia mercantil e liberalismo econômico, entre imagem da mercadoria e mercadoria, observamos que o processo de reificação inerente à sociedade capitalista dá um salto qualitativo. Essa reificação se dá sobre a forma da construção de uma generalidade (a ordem neoliberal e a ideologia mercantil) que deriva de uma série de parcialidades (o conjunto de relações sociais e as representações midiáticas), mas que quando se constitui como generalidade parece "ganhar vida própria" e passar a determinar essas especificidades. No entanto, quando essa generalização ocorre, ela opera uma "pequena" modificação na essência destas relações e suas representações. Aquilo que era uma relação social constituída por homens e, portanto, passível de ser transformada pelos mesmos, se torna uma lei objetiva, a qual só resta aos mesmos se submeterem acriticamente. É o que ocorre quando o "estar informado" se sobrepõe e se torna imperativo em relação ao conteúdo das informações, quando o "estar entretido" se impõe ao conteúdo do entretenimento, quando o consumir se sobrepõe à finalidade de um consumo específico, e assim por diante. Ora, se existe um imperativo anterior e externo ao sujeito, ao qual ele tem de se submeter para desempenhar sua atividade, em última análise ao qual ele tem de se submeter inclusive para existir, então como desempenhar uma atividade crítica? Esta atividade seria um sinônimo de não existir. Posto em outras palavras: se o "estar informado" por um telejornal é um imperativo anterior ao conteúdo das informações e é mais importante que as informações, se é ele que determina e dá sentido à existência das informações, e é a maneira única de "estarmos participando do mundo global", como problematizarmos o conteúdo das informações? Se as informações não estabelecem uma relação valorativa com o assunto abordado, mas sim são a confirmação sempre repetida de uma certeza e de uma ordem já pré-estabelecida elas são, por assim dizer, "imunes a qualquer tipo de crítica". Nesta lógica, o sujeito só passa a existir quando ele se "asujeita" e se subordina a um imperativo externo a si próprio. Jameson descreve este circuito entre identidades e valores simbólicos reificados, ideologia mercantil e indústria cultural *high tech* da seguinte maneira:



"Grande parte da euforia do pós-modernismo decorre dessa celebração do próprio processo de informatização high tech (sendo a prevalência das atuais teorias da comunicação, da linguagem ou dos sinais um subproduto ideológico dessa 'visão de mundo mais geral'). Esse é, portanto, como talvez dissesse Marx, um segundo momento em que (como o capital geral em contraste com os 'muitos capitais') os meios de comunicação 'em geral', como um processo unificado, são de algum modo colocados em primeiro plano e vivenciados (em contraste com o conteúdo das projeções individuais da mídia); e essa totalização, ao que parece, é que permitirá uma ponte com imagens fantasiosas do 'mercado geral' ou do mercado como um processo unificado" (Ibidem, p.294)

Da citação acima, podemos depreender a estreita relação existente entre o "triunfo da ideologia mercantil" e a construção de identidades e valores culturais reificados. A problematização desta relação exigirá, portanto, que façamos uma análise mais profunda de como esta reificação ganha força no capitalismo neoliberal e de como ela interage com o discurso pós-moderno, quer seja sobre a forma mais "vulgar" do mesmo, oferecido a maior parte dos indivíduos (ou seja, individualismo, a idéia de que não existem mais opções de transformação social, etc.), quer seja sobre sua forma mais elaborada, praticada em meios acadêmicos e intelectuais (ou seja, as teorias de fim da história, fim das identidades universais, etc.).

Seria interessante, assim, inicialmente problematizarmos o conceito de reificação. A primeira questão que se levanta, evidentemente, é sobre a validade de um conceito que tem sua força sustentada pela idéia de universalidade, quer seja quando supõe que o capitalismo se legitima ao construir uma totalidade "formal" externa aos sujeitos, que parece determinar as várias formas de relações sociais específicas, quer seja quando deposita seu potencial crítico emancipatório na capacidade destes sujeitos de tomarem consciência desta totalidade, percebendo que ela não é algo externo, mas sim constituída por eles exatamente em suas relações sociais específicas e que, portanto, é passível de ser transformada. Se a atual ordem social é constituída por uma série de interações sociais específicas, fragmentadas, que não estão determinadas por nenhum sistema ou ordem geral, não teria o conceito de reificação perdido seu potencial crítico? Para respondermos a essa questão o primeiro passo é examinarmos mais de perto os pormenores deste fenômeno, analisando os

momentos e mecanismos de sua constituição. Marcos Nobre, citando Horkheimer, em *Lukács E Os Limites da Reificação*, faz uma boa demonstração deste processo.

"Em suma trata-se aqui da visão do caráter *contingente* desses sistemas racionais parciais, para que se possa confrontar essa contingência com a 'necessidade' de que ela se reveste como forma de dominação concreta no modo de produção capitalista: o racionalismo como método universal faz surgir necessariamente a exigência do sistema, mas, ao mesmo tempo, reflexão sobre as condições de possibilidade de um sistema universal; por outras palavras, a questão do sistema, se posta cientemente, denota a impossibilidade de satisfazer tal exigência. Com efeito, o sistema no sentido que lhe atribui o racionalismo - e outro sistema é uma contradição em si - mais não pode ser do que essa coordenação, ou antes, do que uma supraordenação e uma subordinação dos diversos sistemas parciais das formas (e no interior destes sistemas parciais das formas particulares) em que estas correlações podem ser sempre pensadas como necessárias, isto é, como correlações evidentes a partir do princípio de constituição das formas, como 'produzidas' por elas; em que, portanto, se se puser corretamente o princípio -tendência - põe-se todo o sistema por ele determinado, em que as consequências estão contidas no princípio e podem, a partir dele, ser suscitadas, previstas, calculadas. (Horkheimer, *apud* Nobre.2001, p 62 )

O primeiro elemento que fica explícito na demonstração acima é justamente a importância da aparência contingente das relações sociais específicas para que o fenômeno da reificação se desenvolva. Ou seja, antes de mais nada é necessário que os indivíduos estabeleçam relações sociais específicas, motivados por uma aceitação de um "dever ser" inexorável das mesmas. No entanto, é necessário também que este dever ser permaneça formal, tendencial, ou seja, algo que deve ser mas não é, e que, portanto, exige dos indivíduos um permanente esforço de adequação. A partir daí estabelece-se uma inversão, e aqui reside o elemento fundamental, ou seja, as correlações entre diversos sistemas parciais de formas aparentam, agora, serem produzidas **necessariamente** por estes sistemas parciais, por conta de um princípio **interno** destes sistemas. No entanto, este princípio que aparenta ser **interno** a esses sistemas particulares, e **interno** aos sujeitos que constituem esses processos, passa a constituir mecanismos de supraordenação desses sistemas particulares, que parecem então conferir **a interação** destes sistemas um sentido que seria o desdobramento de sua essência e que, ao mesmo tempo, possibilitaria que os mesmos fossem previstos, calculados e operacionalizados. O **sistema final ou a totalidade**, no fim

das contas, não seria, portanto, nada mais do que isso: uma calculabilidade, uma supraordenação tendencial, uma **formalidade**. O resultado **final da operação** é que a totalidade concreta do processo social, que determina cada uma das suas partes, é substituída, no nível da consciência, por uma totalidade tendencial e formal, que parece emanar das interações específicas intersubjetivas, ou melhor dizendo, de um princípio tendencial de interação intersubjetiva que pode, inclusive, parecer ser também interno aos sujeitos envolvidos no processo.

Urge, agora, que nos atenhamos a dois pontos fundamentais que decorrem daí. Primeiro, o processo de supraordenação tendencial da realidade, que se estrutura a partir de uma **fragmentação da realidade no nível da consciência** e o princípio da calculabilidade que constitui essa supraordenação e, segundo, a investigação de qual é elemento concreto que determina a perda da noção da realidade enquanto uma totalidade mediada e a substituição da mesma por uma realidade vivenciada enquanto fragmentação aparentemente imediata e auto-determinada. Esse processo de perda da consciência do real como uma totalidade concreta, constituída a partir de inúmeras mediações, e a substituição da mesma por uma outra realidade imediata e fragmentada no nível da consciência é um tema de fundamental importância para toda a tradição marxista. Este tema provavelmente tem seu principal marco analítico no famoso ensaio de Georg Lukács *Reificação e Consciência do Proletariado*, do livro *História e consciência de Classe*. Ali, Lukács começa demonstrando que

"Na sua imediatidade a realidade objetiva do ser social é o mesmo para a burguesia e o proletariado. Mas isso não impede que como consequência das diferentes posições que ocupam as duas classes no mesmo processo econômico venham ser fundamentalmente diversas as *categorias específicas da mediação* através das quais a realidade puramente imediata se transforma para ambas na realidade objetiva propriamente dita. E essas 'categorias específicas da mediação' que tornam dialético o ser social do proletariado repousam, antes de mais nada, na transformação do trabalhador em simples objeto do processo de produção; ele é o que acredita ser: um mero *Trager*. Mas essa especificidade do processo de produção capitalista, a venda da força de trabalho, resulta na situação violenta e paradoxal de o trabalhador estar obrigado a **objetivar** (grifo meu) a sua força de trabalho ante o conjunto de sua personalidade, de vender essa força de trabalho como uma **mercadoria** (grifo meu) (a única) que lhe pertence . Ou seja, instaura-se aqui **uma cisão entre objetividade e subjetividade** (grifo meu) que, na objetivação do homem como mercadoria, permite que essa situação se torne consciente"( NOBRE.2001, p 64)

A importância da demonstração apresentada na citação acima é de particular relevância para nossa discussão, justamente porque demonstra a relação intrínseca, dialética e indispensável para funcionamento do capitalismo entre "a mercadoria concreta e sua produção" e a "consciência reificada" necessária para sua produção e, ao mesmo tempo, decorrente dessa produção. Essa relação se estabelece, como demonstrado na citação, justamente porque o processo de produção capitalista é baseado numa **objetivação** da força de trabalho que estabelece uma **cisão** entre objetividade e subjetividade. Ou seja, uma parte do indivíduo, no momento de definição da sua sociabilidade, se torna um "não sujeito", um objeto. Por conta disso, esse indivíduo perde sua subjetividade e, portanto, sua noção de totalidade e de mediação. A realidade parece se tornar "imediatidade" auto-evidente. Porém, no mesmo momento, já se gesta o princípio de supraordenação que, aparentemente, emana dessa realidade imediata e fragmentada, e deverá supraordená-la. E esse princípio é justamente o princípio da quantificação, da calculabilidade e da **valoração** da força de trabalho no processo produtivo, decorrente do valor trabalho vigente na produção dessas mercadorias e fundante de toda **lógica do capital**. Marx, ao analisar a gênese da produção de valor, em *O Capital*, irá exemplificar esse processo da seguinte forma: "Um trabalhador, numa fiação, produz só algodão? Não, produz **Capital** (grifo meu). Produz valores que voltam a servir para **comandar seu trabalho** (grifo meu), para criar, por seu intermédio, novos valores."

## 2.3 Relação entre a Mercantilização da Cultura e o Discurso Pós-Moderno

Acredito que toda a exposição e o conjunto de citações feitos acima serão importantes para voltarmos à nossa análise da relação entre neoliberalismo e Indústria Cultural num patamar superior. Isso porque, agora, estão estabelecidas algumas bases materiais para problematizarmos os discursos que buscaram negar a relação concreta existente entre a ideologia mercantil, a produção de mercadorias e a construção de identidades culturais. Se retomarmos a citação de Jamenson em *O Pós-Modernismo e o Mercado*:

"Grande parte da euforia do pós-modernismo decorre dessa celebração do próprio processo de informatização *high tech* (sendo a prevalência das atuais teorias da comunicação, da linguagem ou dos sinais um subproduto ideológico dessa 'visão de mundo' mais geral"...(JAMESON. 1996,p.294)

observaremos que a retórica pós-moderna tem grande parte de sua força em conceder **valor positivo** a uma aparência que é inerente ao modo de produção capitalista, ou seja, a fragmentação e separação entre objetividade e subjetividade, que, evidentemente, assume uma força sem precedentes quando se estabelece a interação entre liberalismo econômico e ideologia mercantil (via fortalecimento da Indústria Cultural) a partir da década de 70, processo que atinge seu ápice na década de 90.

Esta tendência de perda dos referenciais de determinação das relações e identidades sociais, portanto, não é um mero acaso ou simplesmente uma "mudança de paradigma" para interpretar a realidade. O fato de que o discurso pós-moderno se centre exclusivamente nos aspectos intersubjetivos dos processos sociais não deixa de ser uma forma de reafirmar um processo no qual estas identidades subjetivas e relações intersubjetivas são alienadas de suas determinações e, por isso, assumem o aspecto de eternos e imutáveis. Como afirma Ellen Wood,

"os pós-modernistas interessam-se por linguagem, cultura. Para alguns, isso parece significar, de forma bem literal, que os seres humanos e suas relações sociais são constituídos de linguagem, e nada mais, ou, no mínimo, que a linguagem é tudo que podemos conhecer do mundo e que não temos acesso a qualquer outra realidade. Em sua versão 'desconstrucionista' extrema, o pós-modernismo fez mais que adotar as

formas de teoria da lingüística segundo a qual nossos padrões de pensamento são limitados e modelados pela estrutura subjacente da língua que falamos. O pós-modernismo tampouco significa apenas que sociedade e cultura são estruturadas de maneira *análoga* à língua, com regras e padrões básicos que pautam relações sociais de modo muito parecido a como as regras de gramática ou sua estrutura profunda governam a linguagem. A sociedade não é simplesmente *semelhante* a língua. Ela é língua: e uma vez que todos nós somos dela cativos nenhum padrão externo de verdade, nenhum referente externo para conhecimento existe para nós” (WOOD,1999.p11 )

Porém, se retomarmos a relação que estabelecemos anteriormente entre reificação e mercantilização da cultura, se explicita que a aparente "auto-evidência" das subjetividades não deixa de ser uma parte importante da reprodução do capitalismo contemporâneo. Uma observação dos conteúdos veiculados diariamente na Indústria Cultural, quer seja sobre a forma de entretenimento ou de informação jornalística, irá revelar a enorme profusão de "identidades" e categorias de socialização. Quer sejam identidades com aparentes determinações sociológicas mais profundas, de origem étnicas - geográficas, etárias, de nível de renda, sexuais, etc. até outras "identidades" mais imediatistas e / ou vinculadas diretamente ao mercado como, por exemplo, a segmentação dos indivíduos por seus padrões de consumo. E esta profusão de identidades não deixa de estar vinculada aparentemente a um princípio abstrato de combinação entre as mesmas, construindo uma realidade aparentemente "diversificada" e "multifacetada". Ora, se retomarmos o raciocínio de Jameson em *O Pós-Modernismo e o Mercado* nos defrontaremos com o fato de que grande parte desse frenesi de "múltiplas identidades" está estreitamente relacionado com a expansão da Indústria Cultural, o desenvolvimento de suas tecnologias e a formação dos conglomerados de comunicação em nível global. Já discutimos isso anteriormente, porém agora é interessante retomarmos essa relação porque ela explicita o quanto o discurso pós-moderno está veiculado a um dado momento de desenvolvimento do capitalismo, com raízes históricas e materiais bem definidas, e não se trata de uma reorientação subjetiva do existir humano como querem fazer parecer os pós-modernistas. É bem verdade que os pós-modernistas parecem não ter muita clareza sobre se as sociedades humanas foram permeadas por determinações históricas e materiais e, a partir de um dado momento, essas determinações se esgotaram (fim da história?), ou, se na verdade, toda idéia de história, de universalidade e de transformações globais não passava de uma simples "ilusão utópica e impositiva" do "pensamento ocidental".

De qualquer maneira é inegável que, a partir da década de 50, observamos uma expansão de teorias que buscavam demonstrar a inevitável decadência do “projeto ocidental iluminista” e que daí retiravam uma série de conseqüências, tanto do ponto de vista da interpretação da realidade (fim da noção epistemológica de totalidade, fim das determinações objetivas das relações sociais) como do ponto de vista da agenda política a ser encaminhada (fim das grandes transformações históricas, etc). Essas teorias, porém, parecem advir muito menos de uma transformação qualitativa da ordem social vigente do que de uma espécie de ceticismo sobre a condição da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, das possibilidades de sua transformação, apresentada como “falência do projeto iluminista”. Ellen Wood toma como marco do surgimento do discurso pós-moderno o ensaio de C. Wright Mills *The Sociological Imagination*, de 1959, onde o autor afirma que:

“as expectativas históricas que caracterizaram a cultura ocidental perderam a relevância. A fé do Iluminismo no avanço unificado da razão e da liberdade, juntamente com as duas principais ideologias fundamentadas nessa fé - o liberalismo e o socialismo - entrou em colapso como a explicação do mundo e de nós mesmos” (Ibidem, p7 )

Portanto, grande parte do discurso pós-moderno busca sua sustentação não em uma transformação qualitativa da realidade social ou em uma nova tarefa histórica a ser cumprida pela humanidade, mas sim no suposto esgotamento do período anterior. Quando identificamos o momento histórico de gestação do discurso pós-moderno (fim da década de 50) e o período de seu máximo desenvolvimento e consolidação (meados da década de 70 até a década de 90), algumas pistas ficam evidentes para entendermos suas motivações. Ele surge num momento em que a socialdemocracia parecia, num certo sentido, “paralisar” (através de uma mediação política-econômica via Estado) os principais conflitos sociais e “integrar” o proletariado ao regime de consumo nos países de centro. Esta situação levou muitos teóricos da esquerda a teorizar que os trabalhadores não seriam mais o agente das transformações sociais e, sequer, poderíamos tratar os mesmos como classe explorada, tal qual a definição clássica marxista. Mas, ao mesmo tempo, se por um lado no centro do sistema parecia estar ausente qualquer forma de contradição antagônica capaz ser o “motor da história”, por outro diversos problemas sociais resultantes dos processos de descolonização, da Guerra Fria e do subdesenvolvimento dos países de terceiro mundo

eram evidentes. Já no período posterior, que engloba toda a problemática que buscamos discutir acima (neoliberalismo, intervenção dos organismos multilaterais nos países periféricos, queda do socialismo no Leste Europeu), o discurso pós-moderno experimentou uma espécie de “boom”. Por que? Até agora, toda nossa exposição buscou enfatizar os elementos de ruptura que marcam a passagem do período da socialdemocracia para o período do neoliberalismo. No entanto, para avançarmos na questão da evolução histórica do discurso pós-moderno é necessário que atentemos para elemento de continuidade existente entre os dois períodos. Como o neoliberalismo não foi uma reordenação dos fatores fundamentais do sistema capitalista (relações de produção, caráter do Estado, etc.), mas muito mais uma série de medidas para o capital fazer frente à crise em que se encontrava, a situação de subordinação do proletariado permaneceu intacta nessa passagem. Assim, em seu surgimento o neoliberalismo foi apresentado, do ponto de vista ideológico, muito mais como uma série de ajustes finais para que o capitalismo pudesse finalmente se estabelecer como regime pleno do que como uma grande mudança histórica que exigisse um agente histórico. Daí que, uma concepção que apresentava o fim da história não como uma consequência de uma grande ruptura social, mas sim como uma consequência da falência dos pressupostos que orientavam o desenvolvimento da mesma, foi capaz de, ao mesmo tempo, servir como legitimação da instauração do novo período do capitalismo em seu viés mais conservador e ser adotado como “nova orientação” de setores da esquerda órfãos das rebeliões de juventude da década de 60, céticos quanto à possibilidade da construção de um sujeito histórico capaz de incidir na totalidade do processo social.

Assim, é possível identificarmos uma complementaridade entre o discurso oficial que serviu de implementação do neoliberalismo (lógica do pensamento único, ausência de opções, etc.) e o discurso pós-moderno utilizado para legitimá-lo / criticá-lo em meios acadêmicos e eruditos. Ambos comungam do ceticismo do conceito de história e ambos depreendem daí uma limitação para as possibilidades de construção de um sujeito histórico. Sendo assim, mais uma vez demonstra-se útil investigar aquilo que Althusser chamou de “condições materiais para o surgimento de uma problemática”, mesmo quando a problemática em questão busca de todas as maneiras ignorar os pressupostos materiais de sua constituição. Sendo assim, se identificarmos que o período de passagem da socialdemocracia para o neoliberalismo foi um período:



- 1- Regressivo do ponto de vista político, na medida em que significou um fortalecimento da classe dominante em seu aspecto ideológico e econômico (aumento da exploração sobre o proletariado, mesmo que sobre a forma de mais-valia relativa e aumento do exército industrial de reserva sobre a forma de desemprego estrutural);
- 2- Marcado pela imposição de mecanismos econômicos, não a partir de sua capacidade de elevar a humanidade a uma transformação qualitativa de sua forma de organização social, mas sim como maneira de promover os “ajustes” necessários para que um princípio já estabelecido anteriormente pudesse se estabelecer plenamente, livre de “restrições” de ordem político – regulatórias, etc.

Podemos compreender algumas razões de ordem material que possibilitaram o surgimento de um discurso marcado, ao mesmo tempo, pelo ceticismo em relação ao projeto iluminista e a não proposição de um projeto alternativo, e pelo entendimento de que o grande problema da “humanidade” é, justamente, querer estabelecer um sentido mais amplo para sua práxis social.

Sendo assim, abandonada esta perspectiva mais ampla da práxis social, nos restaria aceitar que a “pretensão humana” (ocidental) de compreender e modificar globalmente a realidade estaria naturalmente fadada ao fracasso, e seria, ela mesma, uma das grandes responsáveis por grande parte dos problemas que a sociedade contemporânea enfrenta. A ação política deveria, pois, voltar-se para questões de âmbito exclusivamente específico, se centrando muito mais em questões de cunho subjetivo e abandonando a pretensão de transformar as condições estruturantes da realidade. Assim, seria necessário que abandonemos conceitos como práxis, totalidade social, determinações fundamentais, etc. em favor de uma postura de respeito às “diferenças” e da alteridade. Novamente citando Ellen Wood:

"O pós-modernismo implica uma rejeição categórica do conhecimento 'totalizante' e de valores universais - incluindo as concepções ocidentais de 'racionalidade', idéias gerais de igualdade (sejam elas liberais ou socialistas) e a concepção marxista de emancipação humana geral. Ao invés disso, os pós-modernistas enfatizam a diferença: identidades particulares tais como sexo, etnia, raça, sexualidade; suas opressões e lutas distintas, particulares e variadas, 'conhecimentos'

particulares, incluindo mesmo ciências específicas de alguns grupos étnicos."( Ibidem, p12 )

No entanto, quando esses conceitos de alteridade e diferença são elevados a categoria ontológica, se tornam um mecanismo de aceitação passiva da realidade, já que qualquer tentativa de intervenção sobre determinados valores, padrões ou relações sociais passa a ser entendida como uma “intromissão” indevida. Novamente, voltamos à mesma questão pontuada quando discutíamos o mecanismo de reificação. Quando a realidade é abordada não partir de sua essência concreta e de sua totalidade, mas a partir de sua aparência imediata e fragmentada, passamos a estabelecer com a cultura uma relação de subordinação a um “princípio tendencial”. Princípio esse que, no discurso pós-moderno, significa não ousarmos buscar uma compreensão mais totalizante das formas de sociabilização para não ferirmos sua “alteridade”, apostarmos na fragmentação e na diversidade enquanto métodos epistemológicos e, assim, colocarmos de pé o princípio tendencial que permitirá que as múltiplas identidades possam “interagir livremente”.

“Deve estar óbvio que o fio principal que perpassa todos esses princípios pós-modernos é a ênfase na natureza fragmentada do mundo e do conhecimento humano. As implicações políticas de tudo isso são bem claras: o *self* humano é tão fluido e fragmentado (o 'sujeito descentrado') e nossas identidades tão variáveis, incertas e frágeis que não pode haver base para solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma espécie de 'identidade' social comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns.

Mesmo em suas manifestações menos extremas o pós-modernismo insiste na impossibilidade de qualquer política libertadora baseada em algum tipo de conhecimento ou visão totalizante. Até mesmo uma política anti-capitalista é por demais 'totalizante' ou universalista. Não se pode sequer dizer que o capitalismo, como sistema totalizante, exista no discurso pós-moderno, o que impossibilita a própria crítica do capitalismo. Na verdade a 'política', em qualquer um dos sentidos tradicionais da palavra, ligando-se ao poder dominante de classes ou Estado é excluída, cedendo lugar a lutas fragmentadas de 'políticas de identidades' ou mesmo o 'pessoal como político' ". (Ibidem, p13 )

No entanto, a questão central e conclusiva é que, tanto adotar uma visão de que a realidade é em si fragmentada e impossível de ser compreendida em sua raiz, como pensar a mesma como uma totalidade concreta que só pode ser compreendida e transformada quando se parte dessa totalidade, são duas opções de abordagem epistemológica e política

dessa realidade. Adotar uma concepção pós-moderna não confere a ninguém o *status* de estar “acima do bem do mal”, da ideologia, dos conceitos como forma de mediação até a realidade, das contradições que permeiam essa realidade e, mais importante, de intervir nessa realidade quando faz uma determinada leitura da mesma que, ou tem o sentido de transformá-la ou de reproduzi-la. A atual configuração estabelecida entre cultura e política, com o fortalecimento dos mecanismos de subordinação da primeira aos interesses da classe dominante (através da Indústria Cultural ou das políticas econômicas), parece demonstrar que as tentativas de autonomizar as “identidades subjetivas” para que as mesmas possam se configurar como um imenso mosaico de “multiplicidades” que interagem entre si tendem a puxar água para o moinho da mercantilização da cultura.

“Muito ao contrario, esses fatos clamam por uma explicação materialista. Quanto a isso, poucos fenômenos na historia humana tiveram fundações materiais mais gritantemente óbvias que o pós-modernismo. Não há, na verdade, melhor confirmação do materialismo histórico do que a conexão entre **cultura pós-modernista e um capitalismo global fluido e consumista**. Um enfoque materialista tampouco significa que tenhamos que desvalorizar ou denegrir as dimensões culturais da experiência humana. Uma compreensão materialista é, em vez disso, um passo essencial para libertar a cultura do estrangulamento da transformação de tudo em mercadoria (grifo meu)”. (Ibidem, p17 )

### **3-A Necessidade de Mapeamento e da Estruturação de Novos Espaços Para a Articulação Do Discurso Contra – Hegemônico**

Como vimos acima, o neoliberalismo parece estruturar um circuito aparentemente fechado e inexpugnável entre mercado simbólico e mercado material. Está amparado por um Estado - que cada vez mais se fortalece, que tanto impõe o domínio da classe burguesa via ações militares imperialistas, como também é eficiente “agitador econômico”- e por um forte aparato midiático capaz de estruturar o mercado simbólico e atuar como verdadeiro aparelho ideológico do Estado.

Este circuito aparentemente fechado, no entanto, só pode ser questionado como explicitado na citação de Ellen Wood que fecha o capítulo anterior - por uma problematização materialista do tema. E essa problematização, para ser realmente materialista, não pode se restringir ao campo da teoria. A questão que tentaremos levantar neste capítulo é essa. Por onde passa o enfretamento do circuito, aparentemente fechado, estabelecido entre cultura mercantilizada e o mercado real? Se trata-se de um circuito aparentemente fechado, a primeira coisa que devemos compreender é que o enfrentamento deve ser feito em relação a ambos os seus “pólos”. Qualquer tentativa de estabelecer uma política contra-hegemônica hoje que não leve em consideração a questão da comunicação e da construção das identidades subjetivas estará, do nosso ponto de vista, gravemente debilitada. Por outro lado, a tentativa de travar o enfrentamento exclusivamente no “campo das idéias” parece cada vez mais irreal, já que, como buscamos demonstrar em toda a exposição anterior, uma das características fundamentais das instâncias da sociedade civil instituídas no neoliberalismo é o fato de serem impositivas de um pensamento único, e não mediadoras ou legitimadoras de um conjunto de proposições possivelmente divergentes. Portanto, partiremos aqui da premissa de que a lógica da mercantilização da cultura faz com que a disputa de hegemonia no interior da Indústria Cultural seja algo praticamente impossível.

Para que esse enfrentamento se estruture, portanto, o primeiro questionamento que devemos fazer é acerca das fissuras que a ordem neoliberal apresenta. Num momento em que parece que todo seu programa econômico foi mais ou menos concluído (privatizações de serviços públicos, desregulamentação da economia, precarização das condições de

trabalho, etc.) e que a identidade subjetiva dos setores explorados parece, de fato, cada vez mais diluída, fluida, tendendo mais a se integrar ao sistema do ponto de vista ideológico do que a questioná-lo, será que o circuito “fechado” não é de fato inexpugnável?

No entanto, se por um lado o capitalismo em sua fase neoliberal tem se mostrado efficientíssimo em moldar seus mecanismos de reprodução, por outro não tem sido menos eficiente na tarefa de gerar miséria, pobreza, desemprego, super exploração e todo tipo de precariedade social. Os níveis médios de vida na maior parte do planeta são muito inferiores àqueles do período da social democracia, especialmente na América Latina, na África, nos países que compunham o antigo bloco socialista e em regiões da Ásia. Mesmo nos países de centro, os índices de desemprego e miséria não param de crescer.

Na verdade, este conjunto de fatores pode ser explicado pelo fato de que, como já afirmamos, o neoliberalismo não se configura como um novo período de desenvolvimento ou de novas formas de reprodução do capitalismo. Configura-se muito mais como um conjunto de medidas para dar sobrevida a um sistema cada vez mais moribundo.

Prova disso é que, depois de um curto período de ascenso nas décadas de 80 e 90 (determinados em grande parte pelo carnaval das privatizações dos serviços públicos e pela pilhagem do antigo bloco socialista), o que observamos é o recrudescimento de uma série de crises econômicas e conflitos sociais, inicialmente no Leste Europeu e depois em países da América Latina como México, Argentina, Venezuela, Equador e Bolívia e até em países da Europa Ocidental, mesmo que em um marco mais limitado, ou seja, aquele das greves por garantias de direitos que não colocam em xeque a estrutura do capitalismo de forma global.

Somente no período em que esta monografia era escrita, observamos a eleição de um governo de caráter popular na Bolívia, após dois períodos de mobilizações populares semi-insurrecionais (2003 e 2005) que levaram a derrubada de presidentes. E este presidente (Evo Morales) foi eleito com base não em uma plataforma para gerir o modelo neoliberal, como ocorreu com governos de origem popular no Brasil e Argentina, mas sim a partir de uma plataforma que conseguia congregiar setores do proletariado tão heterogêneos como cocaleiros, indígenas, mineiros e setores urbanos em torno de uma reivindicação de caráter mais amplo (a nacionalização do petróleo), que não só estabelecia um elo de ligação

entre setores que anteriormente se consideravam fragmentados como se chocava frontalmente contra a lógica do neoliberalismo.

Na França, observamos duas mobilizações de juventude de grandes proporções. A primeira de maneira um tanto quanto anárquica, quando jovens imigrantes da periferia saíram às ruas queimando carros, questionando a discriminação da qual são vítimas, o fortalecimento das leis contra imigrantes e os subempregos aos quais estão submetidos. Num segundo momento, diversos setores de juventude vanguardados por universitários organizaram mobilizações contra leis que buscavam precarizar o primeiro emprego e também contra a crescente subordinação do ensino aos padrões de mercado. Essas mobilizações obtiveram proporções que só tiveram antecedentes no maio de 68. Pela segunda vez na história, a polícia teve de invadir a Sorbone para desmanchar barricadas de estudantes. Novamente, dois pilares do neoliberalismo foram questionados: a seqüência de reformas que marcaram a década de 90, para acabar com qualquer forma de proteção do trabalho que pudesse significar um ônus para o capital, e a tendência de subordinar o conjunto das atividades humanas à lógica do mercado (no caso da França, especificamente o modelo educacional). Também no Chile observamos recentemente mobilizações massivas da juventude com pautas similares às da França.

Talvez ainda mais surpreendente do que a mobilização dos estudantes franceses tenha sido o recente fenômeno de organização massiva dos imigrantes nos Estados Unidos contra a nova lei de imigração, que pretende operar uma restrição ainda maior de seus direitos e praticamente institucionalizar a categoria de “cidadão de segunda classe”. Essa mobilização contém uma série de especificidades que implicam na importância de nos determos com um pouco mais de atenção neste fenômeno. Primeiro que, justamente por serem o país que encarna a hegemonia do capitalismo desde a década 50, os EUA conseguiram passar mais ou menos “intactos”, até agora, pelas ondas de mobilização que tentaram questionar o neoliberalismo. Isso porque grande parte de sua ofensiva imperialista neocolonizadora (tanto do ponto de vista militar, como do ponto de vista econômico), lançada em conjunto com a implementação do modelo neoliberal, fez com que a integração dos diversos setores do proletariado à ordem capitalista tenha permanecido praticamente inabalada nos EUA na passagem da socialdemocracia para o neoliberalismo. A profusão de serviços, bens de consumo e um certo equilíbrio econômico (mesmo que com algumas

oscilações) têm se demonstrado quase que tão eficientes quanto as antigas políticas keynesianas de pleno emprego e do Estado de Bem-Estar Social, no sentido de abafar qualquer mobilização de massas mais expressiva que questione a natureza e a lógica do sistema capitalista. Sendo assim, a dimensão das mobilizações ocorridas nos EUA, sem precedentes desde as grandes lutas por direitos civis, estudantis e contra a guerra, tem de ser encarada com um possível enfraquecimento da hegemonia da lógica de mercado em sua “própria casa”. Segundo, porque marcou a entrada em cena de um novo setor do proletariado, os imigrantes, que por suas especificidades são de particular importância para o nosso debate. Justamente por estar “desenraizado”, separado de suas heranças históricas de socialização e fundamentalmente atraído para o centro do sistema por toda a lógica da mercantilização da cultura e perspectiva de ascensão social (o que leva a uma enorme heterogeneidade e dificuldade de construção uma identidade mínima entre estes setores), que até agora, mesmo sendo a parte mais baixa da pirâmide social do neoliberalismo, os mesmos ainda não tinham feito a sua estréia enquanto “atores políticos” de uma maneira significativa. E esta estréia se deu em marcos surpreendentemente expressivos. O sociólogo norte-americano James Petras, por exemplo, afirmou que nunca em toda a sua história a CIO (Central Sindical estruturada desde a primeira metade do século XX que, no entanto, hoje está umbilicalmente integrada à institucionalidade e ao sistema “bipartidário” americano, sempre priorizando os métodos institucionais e legislativos em detrimento das ações diretas) havia conseguido mobilizar um contingente sequer próximo aos verificados no último 1º de maio nos EUA (os números apontam mais de um milhão de pessoas). Uma mobilização inédita e desta dimensão nos obriga a reconhecer que tanto fatores de ordem objetiva como subjetiva sofreram uma alteração significativa. Do ponto de vista objetivo, somos colocados diante do fato de que, mesmo no centro do império, o neoliberalismo parece estar enfrentando um esgotamento de seus mecanismos econômicos principais, e que estes agora - mesmo que ainda sendo a única opção do capital - promovem precarizações tão significativas nas condições de vida dos setores explorados que praticamente “inviabilizam a sua legitimação” através do discurso hegemônico. Do ponto de vista subjetivo estão colocados dois elementos novos. O primeiro é justamente a abertura desta “fenda” na ordem simbólico-ideológica dominante, tornado-se claro que a mesma não está imune às variações das determinantes mais concretas e objetivas nas quais se sustenta e

que, ao mesmo tempo, reproduz. O segundo é o fato de que, para que esta fenda se transformasse em ação política, foi necessária a estruturação de um discurso contra-hegemônico capaz de “alegorizar” a categoria dos imigrantes enquanto sujeitos políticos, conferindo aos mesmos uma unidade (mas, ao mesmo tempo, contemplando suas especificidades e heterogeneidades) que passava, em parte, por um resgate de suas identidades “nativas” (mesmo que não nos seus países de origem), de suas tradições de luta e, complementarmente, pela representação, à margem da ordem da mercantilização da cultura, da sua situação de vida nos EUA.

Antes de tentarmos depreender algumas consequências e formulações mais genéricas acerca dos processos de mobilização discutidos anteriormente, seria peculiarmente relevante voltar nossa observação para mais um caso expressivo destas mobilizações ocorridas nos primeiros anos de século XXI. Trata-se da tentativa de golpe contra o governo de Hugo Chavez em 2002 (orquestrada por setores da burguesia venezuelana em articulação com setores do Exército e da classe média urbana, em colaboração com a CIA), e da contra-insurgência popular que reconduziu Chavez ao poder. Este caso se configura em um processo particularmente relevante para nosso debate, por dois aspectos fundamentais:

- 1- Colocou em jogo diretamente o poder do Estado;
- 2- Os meios de comunicação e os processos comunicativos tiveram, como veremos em seguida, um papel decisivo tanto na articulação do golpe como na contra-insurgência, talvez mais expressivo do que em todos os processos anteriormente discutidos;

Tomaremos como principal fonte de análise do processo o excepcional documentário *A Revolução Não Será Televisionada*, filmado por dois jornalistas norte-americanos durante a mobilização, justamente porque o foco do documentário reside na correlação entre os dois fatores acima citados. O contexto geral do processo acredito que já seja bem conhecido por todos. O governo Chavez, eleito com base em uma identidade que mescla elementos do ideário socialista com temas do nacionalismo popular latino-americano (bolivarianismo, etc.), e se valendo de recursos provenientes principalmente de uma maior taxação do capital petrolífero e também de alguns setores de serviços, dá início a uma série de reformas de base e políticas públicas (educação, saúde, saneamento básico,



assistência social, etc) denominadas pelo próprio de “Revolução Bolivariana”, ao mesmo tempo em que inicia uma série de ações no âmbito da política internacional de questionamento da dominação dos EUA na América Latina. Estas reformas são acompanhadas por uma crescente tendência de polarização no interior da sociedade venezuelana, que se expressou através da criação de comitês populares e de bairro para a defesa da “Revolução Bolivariana”, e também pelo aumento das reivindicações por parte de diversos setores do movimento sindical e do movimento popular, quer seja urbano ou campesino.

Neste cenário de polarizações, observamos, em 2002, o governo Chavez anunciar em cadeia nacional na TV Estata, a regulamentação da taxaço das empresas estrangeiras de petróleo e a demissão de uma série de administradores (inclusive alguns que ocupavam cargos de segundo escalão na administração pública). O objetivo das medidas era passar o controle da PDVSA (Estatal petrolífera venezuelana) de fato para o Estado, retirando-a do controle das empresas estrangeiras, o que ocorria até o momento. A partir daí, os canais de TV privados iniciam uma fortíssima ofensiva contra o governo e observamos mobilizações com milhares de pessoas por todo o país, tanto a favor como contra Chavez. No auge destas manifestações é apresentada, também em cadeia nacional, pelo canal privado de maior audiência no país, uma montagem de um confronto entre manifestantes pró e contra Chavez. Tal montagem dava a entender que os chavistas teriam atirado contra manifestantes opositores. O documentário *A Revolução Não Será Televisionada* recompõe a cena para demonstrar que, na verdade, os tiros dados por manifestantes chavistas não se dirigiam à massa dos manifestantes, mas sim para o alto de prédios de onde atiradores de milícias alvejavam os manifestantes chavistas. No entanto, a montagem da TV privada causa um impacto enorme e é a senha para que significativos setores privados, de serviços e produtivos (principalmente as empresas privadas petrolíferas, que inclusive tentam acabar com a produção de petróleo do país naquele período e chegam a afundar diversos navios) paralisem suas atividades dando início à conspiração golpista. Como descreve a apresentação do livro *El golpe Facista Contra Venezuela*, uma recopilação dos discursos de Chavez entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003,

"o centro do complô golpista foram as estações de televisão privadas e outros meios de comunicação, cujos donos, como Gustavo

Cisneros, Marcel Granier e Alberto Federico Ravel, outrora manobreadores de governos na Venezuela, atacam durante as 24 horas do dia o governo de Chavez, apelam constantemente à desobediência, difundem mentiras grosseiras sobre situação interna e sobre as relações entre a Venezuela e Cuba e divulgam à direita e à esquerda os apelos dos líderes do golpismo, e difundem as instruções deles. É um terrorismo midiático sem paralelo na história."(CHAVEZ. 2003,p8)

Neste cenário, setores golpistas do Exército cercam o Palácio Miraflores (sede do governo), ocupam bases militares e dão um ultimato a Hugo Chavez, ameaçando bombardear o palácio. Quando o ministério do governo de Chavez abandona o Palácio, os golpistas empossam Pedro Carmona, presidente da Confederação dos Empresários da Venezuela, como novo Presidente do país. Hugo Chavez é preso e levado para uma base militar. Nesse momento, os canais de televisão privados fazem um discurso imediato de legitimação do novo governo, enfatizando que a Venezuela tinha “retomado à situação de normalidade” e que o governo que tinha tomado decisões “antidemocráticas e ilegais já tinha sido deposto”.

Na sequência do golpe, porém, segue-se uma onda de insurreição popular que varre as principais cidades do país e paralisa Caracas, combinada com bloqueios e barricadas nas estradas das zonas rurais. Essa mobilizações, somadas a greves, fazem com que o discurso de que o golpe tinha como objetivo “normalizar a Venezuela” não consiga se sustentar, e impede que um aparato militar mais forte seja implementado contra os setores chavistas. Assim, em menos de 72 horas, com centenas de milhares de pessoas exigindo a volta de Chavez na porta do Palácio Miraflores, os setores do Exército que o apoiavam conseguem retomar a sede do poder venezuelano em uma ação rápida.

Quando o gabinete de Chavez está sendo recomposto, antes que o presidente seja reempossado, o documentário explicita duas preocupações fundamentais por parte das lideranças do governo: a presença de Chavez ou do vice-presidente (que, de fato, é o primeiro a chegar), já que são os únicos com legitimidade constitucional para configurar o governo e, o que é particularmente relevante para nós, o controle da TV Estatal para um pronunciamento imediato. Sendo assim, temos que atentar para o fato de que, tanto no momento do golpe como na retomada do poder, esses meios de comunicação de massa foram protagonistas diretos do processo, quase se tornando os responsáveis pela caracterização destes momentos como fatos sociais consolidados. Ou seja, a incerteza e o

caos inerentes a períodos de disputa do poder de Estado e de quebra da funcionalidade econômica quase que só vieram a assumir um sentido sociológico no momento em que um discurso proferido pelos meios de comunicação de massa incidiu sobre eles, conferindo-lhes uma ordem.

O caso do golpe seguido pela insurreição popular na Venezuela é de singular importância para nossa discussão, como já dissemos anteriormente, porque relaciona diretamente o poder do Estado, o choque entre projetos e protagonistas políticos opostos e a ação dos meios de comunicação de massa (também como protagonistas do processo). O primeiro fato que devemos destacar é a mudança do papel dos meios de comunicação de massa a serviço da classe dominante nos períodos de crise. Se, como enfatiza Gramsci, nos períodos de crise a atuação do Estado se modifica radicalmente, se sua função de convencimento, controle e legitimação cede principalidade à sua função de coerção, repressão e violência, no caso da Venezuela podemos notar uma dinâmica similar no que diz respeito aos meios de comunicação a serviço da classe dominante. Também eles deixam de atuar através da instauração de “uma lógica de mercado” no campo do discurso e lançam uma ofensiva de caráter político mais explícito, centrada mais diretamente na manipulação dos fatos do que na instauração de um contexto reificado para estes fatos. É evidente que em todo momento (mesmo aqueles em que não está em jogo o poder de Estado ou não existe uma crise que coloque em xeque a funcionalidade da economia), quando alguma pauta essencialmente política tem que ser abordada pela Indústria Cultural, ela se vale de elementos de valoração ideológica mais explícitos do que ao abordar outros temas. Mas, nos períodos de normalidade, a tendência é que este discurso ainda esteja sobre a aparência da imparcialidade e que represente todas as tentativas de questionamentos à ordem instituída como uma deformidade, uma anomalia dentro de uma ordem que deveria, em si, ser coesa e não contraditória. Já nos períodos de crise, a marginalização e a valoração pejorativa dos movimentos e forças de transformação política têm que ser mais “coercitivas”, visando desqualificá-los não através de uma lógica discursiva, mas sim através de construção de narrativas aparentemente mais “factuais” (como, por exemplo, o episódio demonstrado no documentário, no qual os canais de televisão privados dão a entender que os apoiadores de Chavez estavam atirando contra a multidão).

O caso da Venezuela também nos traz elementos qualitativos para discutir o papel dos meios de comunicação que estão no campo da contra-hegemonia. Primeiro, no período anterior à medida de nacionalização do controle do petróleo levada a frente pelo governo Chavez, à qual se seguiu o golpe, observamos a construção de uma identidade política dos setores explorados que buscava combinar o ideário socialista com elementos das chamadas referências "bolivarianas", ou seja, a retomada de um ideal latino-americano à maneira como foi forjado na luta pela independência, considerando suas especificidades étnicas - culturais . Não estamos aqui propondo uma aceitação integral e acrítica da identidade de "socialismo do século XXI" proposta por Chavez e Morales, e devemos sempre ter mente o alerta reiteradas vezes feito por todos os grandes expoentes do marxismo do século XX (Lênin, Gramsci, Lukács, Trotski, Rosa Luxemburgo), de que a subordinação de uma perspectiva socialista a um projeto exclusivamente voltado para a libertação nacional tende a fracassar, uma vez que ignora a intrínseca relação existente entre as classes dominantes nacionais e a ordem imperialista, terminando por sacrificar a contradição central e antagônica frente às contradições não antagônicas (entre os diversos setores da burguesia) na formação da identidade do subjetivo do proletariado. Porém, é inegável que o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo leva, de fato, a uma fragmentação do proletariado e das suas determinações de sociabilização primária. Daí a necessidade de, hoje, os discursos contra-hegemônicos darem conta de uma série de referências que, por um lado, partam dessas especificidades, tanto na hora da construção das identidades como também na hora de propor resultados práticos para as mobilizações, como, por outro lado, proponham mediações capazes de transcender estas especificidades na construção de uma identidade coletiva mais abrangente, que possa dar unidade aos diversos setores que compõe o proletariado. O documentário demonstra a importância fundamental de toda a política de comunicação estabelecida pelos setores progressistas na Venezuela para a construção dessa identidade, não só a TV Estatal como também os meios de comunicação e de produção cultural de associações populares, comitês de bairro e de sindicatos. Além disso, no momento da retomada do poder, a TV Estatal teve um papel decisivo, como já dissemos. Assim como a comunicação hegemônica teve uma mudança decisiva de função no momento em que o poder estatal estava em jogo, também a comunicação contra-hegemônica o fez. No momento em que é dado o golpe, toda a força acumulada pelos

setores progressistas é canalizada para uma ofensiva, uma guerra de movimento (em oposição ao momento anterior ao golpe, que era marcado por um acúmulo de força e de vitórias parciais, ou seja, uma guerra de posição). E neste salto da guerra de posição para a guerra de movimento também a comunicação joga um papel decisivo, já que o proletariado que recoloca Chavez no poder está claramente motivado pela percepção de que sua entrada em cena era decisiva para dar continuidade a todo um processo de transformação política iniciado anteriormente. O documentário demonstra a importância fundamental, nesse processo, da comunicação que consegue cumprir à altura sua tarefa de promover um salto qualitativo no caráter da identidade das massas e de sua orientação de ação política, para que as mesmas identifiquem no golpe uma ingerência externa e impositiva que deveria ser derrotada. Não foi a toa que toda a disputa estabelecida nas 72 horas que transcorreram entre o golpe e a retomada do poder se estabelece em torno da “legitimidade do governo”, da garantia da constituição e, principalmente, no combate ao discurso que as classes dominantes propagavam via televisão privada, de que a derrubada do governo já era um fato consumado, que toda sua estrutura de sustentação já havia se dissipado e que já estava estabelecida uma “nova ordem”. Finalmente, como já citado anteriormente, no momento em que o poder é retomado a preocupação fundamental é com o controle da TV Estatal. Logo que ela é retomada, a equipe de Chavez inicia uma série de comunicações, reiterando que o golpe estava sendo derrotado, que Chavez estava vivo e a caminho do Palácio, e enfatizando a necessidade das forças progressistas permanecerem mobilizadas. A partir do momento em que Chavez faz um discurso, já reempossado no palácio Miraflores, transmitido para todo o país, é que se configura concretamente o restabelecimento de seu governo. Aí, as forças golpistas se dispersam e a economia volta a funcionar. Isto demonstra que, atualmente, os meios de comunicação têm papel decisivo até mesmo na estruturação de uma determinada ordem social.

Acreditamos que o conjunto de caso expostos e discutidos acima demonstra que, ao mesmo tempo em que o neoliberalismo começa a dar sintomas de esgotamento, começam a emergir também mobilizações sociais capazes de questioná-lo. E fica claro também a necessidade de uma estreita relação entre as lutas econômicas e políticas concretas do proletariado, com a articulação de uma estrutura de comunicação contra-hegemônica através da qual ambas se influenciem e se fortaleçam dialeticamente.

No entanto, ao contrário das primeiras décadas de século XX (período em que se moldaram as forças sociais capazes de transformar estruturalmente a ordem social), os movimentos sociais ainda não conseguiram alcançar uma identidade permanente, capaz de se contrapor ao esquema global da ideologia dominante e à sua interação com os mecanismos da economia neoliberal. Apesar do capitalismo gerar cada vez mais miséria (o que sempre foi o combustível do movimento do proletariado para contestá-lo), e de todos os processo de questionamento e enfrentamento ao capital que buscamos analisar acima, uma identidade mais ampla e uma mobilização permanente, capazes de colocar em xeque a lógica global do sistema e a estreita correlação entre mercantilização da cultura e aplicação de mecanismos econômicos neoliberais, ainda estão para ser forjadas.

É aqui que devemos atentar para a necessidade dos movimentos de questionamento ao capitalismo conseguirem fazer frente não só ao aspecto material de reprodução do capitalismo, a circulação de mercadorias, mas também ao já analisado mercado simbólico. Acreditamos, pois, que a disputa por políticas de comunicação contra-hegemônicas deva ser um tema central para a reorganização do movimento dos trabalhadores. Cada vez mais a luta de classes deverá também ser travada sobre a forma da disputa do processo comunicativo. É fundamental que associações de bairro, sindicatos, partidos políticos, etc. disputem a hegemonia, exigindo que o Estado lhes conceda meios de comunicação. É evidente que se trata de uma luta desigual e árdua e que ainda está nos primeiros passos. Mas só assim poderá se estabelecer:

1- Uma luta por reformas parciais do Estado no campo da comunicação, uma vez que as concessões aos grandes monopólios de mídia são, teoricamente, concessões públicas. Quando um serviço que deveria ser público é concedido ao grande capital, fortalece-se a hegemonia da burguesia sobre o Estado. É preciso opor a esta hegemonia uma disputa do aparato estatal sobre a forma da luta de meios de comunicação (dentre outras reivindicações que não nos cabe aqui enumerar);

2 -O campo para alegorizar (termo utilizado por Jameson, para definir a maneira como uma luta econômica ganha significação política e simbólica) as lutas imediatas dos diversos setores do movimento dos trabalhadores. Desta forma se dão os primeiros passos na tentativa de contrapor o discurso e a ideologia do mercado simbólico, um discurso que problematize o capitalismo, desvende suas múltiplas determinações e faça emergir um

discurso contra-hegemônico capaz de, novamente, dar vida à categoria da contradição e dos antagonismos de classe que o neoliberalismo tenta a todo custo dissipar.

A análise dos casos de mobilizações com enfrentamento ao capital mais expressivos do início do século XXI coloca para nós, em primeiro plano, a necessidade de que estes dois aspectos sejam tratados pelos movimentos sociais em estreita relação com a retomada de suas lutas. Seria importante, aqui, lembrarmos que nos casos analisados, em que o proletariado conseguiu vitórias mais expressivas, mesmo que ainda parciais, a comunicação contra-hegemônica serviu não só como uma forma de propagandear as lutas ou os objetivos do movimento. Elas foram co-agentes da formação destas lutas, na medida em que conseguiam estabelecer a mediação entre a situação específica de diversos setores e um objetivo de luta mais amplo, que ao se desenhar dava um salto qualitativo não só na constituição dos agentes sociais que se colocavam em marcha, como na possibilidade de estes setores obterem melhoras efetivas para sua situação de vida concreta. Assim, busca-se caminhar no sentido da reconstrução da totalidade social que a instauração do mercado simbólico dissipa.

Recordemos, por exemplo, a questão da Bolívia. Não foram só os trabalhadores ligados ao setor de hidrocarbonetos que se mobilizaram pela nacionalização do gás. A partir de uma série de mediações, que contextualizavam sua relação com a história da Bolívia e sua influência na vida de setores tão heterogêneos como indígenas, camponeses, mineiros e trabalhadores urbanos, ela se tornou uma reivindicação que praticamente forjava o proletariado boliviano enquanto agente político. E para isso foi necessário que toda a rede de comunicação da COB (Central Obrera Boliviana) estruturasse um discurso à altura desta tarefa.

Em relação a esta associação entre luta concreta e estruturação de uma política de comunicação contra-hegemônica como forma de disputa do Estado, acreditamos que os movimentos sociais no Brasil ainda estão muito atrasados. No início da década de 80, com o ascenso de mobilizações do período de redemocratização, observamos algumas iniciativas. Entre elas, a constituição do FNDC (Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação) talvez tenha sido a experiência que minimamente conseguiu se estruturar, amparada por setores da intelectualidade acadêmica, por associações de profissionais da área de comunicação (Federação Nacional dos Jornalistas, Radialistas, etc), estudantes de

comunicação e alguns setores de movimento comunitário. No entanto, sua orientação de “buscar criar mercados alternativos de comunicação”, somada à ausência de relação com lutas concretas, à ausência de qualquer caráter de classe em seu projeto e, por fim, sua ênfase na atuação institucional e legislativa, fez com que o FNDC não resistisse ao refluxo da década de 90. Hoje, não passa de uma sigla moribunda atrelada à FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas), sendo utilizada por ela para fazer alguns *lobys* junto ao Ministério das Comunicações e à Câmara de Deputados federais. Durante a década de 90, observamos a profusão de uma série de rádios comunitárias, que posteriormente se organizaram através da AMARC (Associação Mundial das Rádios Comunitárias). A nosso ver, o grande problema enfrentado pelas rádios comunitárias no Brasil é sua desvinculação das lutas políticas. Em que pese que têm uma atuação prática, e não subordinada diretamente à institucionalidade como é caso do FNDC, por outro lado tendem a reproduzir a fragmentação na qual o proletariado se encontra atualmente e a entender a libertação do processo comunicativo dissociada da transformação social, como um processo linear e sem conflitos - e sem nenhum corte de classe. Atuando numa orientação que oscila entre um culturalismo pós-moderno vulgarizado e o referencial idealista e reformista da democratização da comunicação (que pensa a democracia como um princípio abstrato ontológico e universal, que se projeta da sociedade civil tendencialmente rumo à base econômica da sociedade, e não como um sistema político determinado) tendem mais a reificar as relações sociais nas regiões em que difundem sua programação do que a problematiza-las. Já em 2003, num marco das tentativas de reorganização dos movimentos sociais brasileiros, observamos uma iniciativa levada a frente pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e por outros movimentos sociais de menor dimensão, que, apesar de também tomar como referência o conceito ao nosso ver equivocado de “democratização da comunicação”, buscava ter um viés mais político. Tratava-se de uma campanha que tinha como palavra de ordem os dizeres “Veja Que Mentira”, e tinha como objetivo principal ser uma reação à série de capas e matérias da Revista Veja que buscavam criminalizar o MST naquele período. Ela foi lançada no Fórum Social Brasileiro de 2003, que ocorreu em Belo Horizonte. Tivemos a oportunidade de acompanhar de perto a formulação e lançamento desta campanha, e pudemos constatar dois problemas principais. Primeiro, a campanha buscava fazer uma crítica simplesmente ética da Indústria Cultural,



se centrando quase que exclusivamente em ser uma reação à ofensiva da Veja contra o MST, questionando o conteúdo de suas vinculações e cobrando das mesmas um “compromisso com a verdade”. Por tudo que debatemos até agora, acreditamos que esta seja uma solução equivocada, na medida em que ignora a relação estrutural existente entre Indústria Cultural e capitalismo e, conseqüentemente, a necessidade da mesma fazer uma representação idealizada e coesa do capitalismo, que sempre irá criminalizar os movimentos sociais. Portanto, o combate à Indústria Cultural tem que ser feito buscando questionar suas bases materiais (no caso das TVs a questão das concessões, no caso das grandes revistas sua estrutura de financiamento, etc.), sua lógica operativa e discursiva como um todo. Em segundo lugar, a campanha relegou a um segundo plano a formulação de uma política de comunicação que se relacionasse com as lutas e mobilizações do movimento e, ao mesmo tempo, tivesse como foco a disputa do poder de Estado, questionando a legislação de comunicação e o monopólio da mídia vigente no país. Por conta destes problemas, a campanha terminou por ter uma dimensão, duração e objetivo limitados, tendo de diluído logo após seu lançamento e a interrupção momentânea dos ataques da Veja ao MST.

De maneira conclusiva, podemos então propor que a abordagem da questão da comunicação contra-hegemônica na reorganização do movimento social brasileiro tem de estabelecer uma relação crítica com todas as experiências que foram acumuladas no período recente tanto em âmbito internacional como nacional. A constatação de maior importância reside justamente na necessidade da associação permanente de alguns temas, que iremos enumerar a seguir. Um enfrentamento permanente da comunicação hegemônica levada à frente pela indústria cultural, que incida tanto em sua estrutura discursiva como na sua sustentação material. Associada a essa segunda questão, uma disputa por reformas do Estado, no que diz respeito à legislação de comunicação e, por fim, uma vinculação da comunicação contra-hegemônica e de seus meios com lutas políticas concretas. Se fizermos uma reconstituição dos enfrentamentos políticos mais recentes que os setores explorados do Brasil travaram, veremos que em todo o momento em que o Estado aplica uma contra-reforma ou uma política de caráter neoliberal, ela é legitimada por toda uma construção discursiva por parte da Indústria Cultural. Se tomarmos, por exemplo, o caso das Reformas da Previdência, Universitária, Trabalhista, etc. (que, no nosso entendimento, tem como

sentido geral a retirada de direitos dos trabalhadores e estudantes), observaremos que os discursos de legitimação das mesmas reiteradas vezes tendem a abordar os direitos como “privilégios”. O combate a estes discursos e a esta lógica, por exemplo, seria um ponto de partida para associar as mobilizações contra estas reformas a uma política de comunicação contra-hegemônica. No entanto, este é apenas um exemplo, e o que devemos guardar de toda a discussão travada até aqui é a necessidade da relação entre os três pontos fundamentais - lutas concretas, política de comunicação contra-hegemônica e combate à Indústria Cultural - de uma maneira permanentemente criativa e dialética, que se estenda para os múltiplos aspectos da cultura, ou seja, produções artísticas, construção de identidades culturais junto aos movimentos sociais, vinculando estas identidades a ações políticas com objetivos de curto, médio e longo prazo.

#### **4. Considerações Finais**

Ao terminar a monografia, temos a certeza de que ela se constitui simplesmente em um primeiro passo na tentativa de problematização de um conjunto de questões que, certamente, podem e devem ser exploradas muito mais a fundo. Acreditamos que a relevância desta monografia resida principalmente em enfatizar as relações de determinação, sobre-determinação, correlação e interação entre os diversos temas expostos. Na medida em que o conjunto da problemática exposta já vem sendo motivo de análise e discussão por parte dos principais teóricos da teoria da comunicação e ciências sociais marxistas da atualidade, não acreditamos que nenhum dos conteúdos apresentado seja inédito. Mas, por outro lado, não encontramos em outros trabalhos a ênfase nas relações que buscamos explicitar ou a correlação entre todos os temas abordados, ou seja: o fortalecimento da Indústria Cultural com o surgimento do neoliberalismo em seu aspecto material, por conta da diminuição dos lucros no setor produtivo, e a convergência desta questão com a necessidade do neoliberalismo - por conta de suas contradições e constantes crises - contar com um forte aparato de legitimação ideológica. A partir daí, temos a questão da instauração do que chamamos de “mercado simbólico” e, por conta disso, a necessidade dos movimentos sociais tomarem como preocupação fundamental a articulação de uma política de comunicação contra-hegemônica no momento em que despertam do refluxo da década de 90 e buscam se reorganizar. Apesar de cada um dos temas em separado já terem sido abordados por expoentes da teoria social, temos certeza de que não existem ainda respostas conclusivas sobre estas questões e, justamente por isso, a necessidade da pesquisa continua.

Na verdade, a própria idéia de práxis que buscamos enfatizar durante toda a monografia faz com que estas respostas só possam ser encontradas no processo de intervenção política sobre a sociedade. Acreditamos que o próximo período será rico em experiências, que deverão ser orientadas por todas as reflexões que buscam enfatizar a problemática apresentada e, ao mesmo tempo, irão trazer novos elementos para que essa teoria avance. Na medida em que observamos atualmente a retomada de uma série de lutas sociais, em contraste com o refluxo da década de 90, acreditamos que a tendência seja de aprofundamento destas reflexões, para que possam contribuir com um novo período

histórico em que a transformação estrutural da ordem capitalista esteja novamente colocada na ordem do dia.

Do ponto de vista metodológico, optamos por abordar em dois capítulos separados os elementos que constituem a interação do discurso hegemônico com as práticas econômicas neoliberais e da construção de ações políticas pautadas pela transformação social com a elaboração de um discurso e de identidades contra-hegemônicas. Temos a certeza que ambos os processos não se estabelecem de forma estanque e separadas, e apesar da metodologia adotada, buscamos enfatizar sempre essa questão. Porém, tal metodologia nos ajudou não só na exposição do problema como também na sua própria delimitação, uma vez que, ao longo do processo de escrita e pesquisa, grande parte dos elementos e ligações que ainda estavam pouco claros foram se explicitando.

Em relação às referências bibliográficas, observamos uma enorme desproporção entre trabalhos que tratam da temática do primeiro capítulo em relação à temática do segundo. Se as correlações que buscamos enfatizar durante a monografia no que diz respeito à temática do capítulo 1 ainda não estavam explícitas na bibliografia consultada, várias delas já estavam apontadas. Nosso trabalho foi mais de aplicação dos conceitos e abordagem de problemas específicos. De fato, a temática deste capítulo parece ser tema recorrente nos trabalhos de todos os autores de destaque da teoria social crítica e / ou marxista da atualidade, que foram nossa referência central, tais como: Fredric Jameson, Terry Eagleton, Ajazz Ahmad, Ellen Wood, etc. Particularmente interessante foi a descoberta de Marcos Nobre através do livro *Lukács e os Limites da Reificação*. Uma jovem revelação da filosofia brasileira, pela abordagem ao mesmo tempo profunda, clara e dinâmica de um tema tão complexa e que parece cada vez mais retomar atualidade. Já no que tange à questão do segundo capítulo, verificamos o contrário, ou seja, uma quase ausência de bibliografia com o foco preciso no tema que buscávamos abordar. Isso demonstra, no nosso entendimento, o quão necessário é a continuidade das pesquisas e reflexões neste campo. A maioria dos trabalhos que abordam comunicação comunitária e popular, e a chamada “democratização da comunicação” (conceito do qual discordamos), optam por uma abordagem fragmentada da questão, focada em dinâmicas micro-sociais. A solução encontrada foi tentar aplicar, de maneira combinada, conceitos provenientes de trabalhos que tinham objetivos específicos diferentes. Assim, procuramos referências nos

*Cadernos do Cárcere de Gramsci*, para a discussão de hegemonia, contra-hegemonia e os meios para a sua construção. Em Aijaz Ahmad, em entrevista concedida a Ellen Wood denominada *Problemas de Classe e Cultura*, encontramos a questão da correlação entre estes dois fatores nas lutas sociais do período mais recente. A problematização das mobilizações recentes, especialmente no caso dos países da América Latina, procuramos em contribuições daquele que talvez seja o expoente teórico que mais se engaja e interage diretamente com todos os movimentos sociais que buscam questionar a ordem capitalista contemporânea: o sociólogo americano James Petras. Além disso, fizemos a leitura de diversos artigos seus publicados no site *Rebelión* e em jornais de movimentos sociais. Tomamos como referência seu livro *Império e políticas revolucionárias na América Latina*.

No trabalho recorremos também a uma constante referência e citação de conceitos e passagens dos autores clássicos do marxismo, como o próprio Marx, e Engels, Lênin, Lukács Gramsci, Rosa Luxemburgo, Trotski, Adorno, Horkheimer, Marcuse, Walter Benjamin Althusser e Perry Anderson. Acreditamos que essa opção tenha contribuído para construir uma espinha dorsal da monografia, dentre os diversos problemas abordados. Tomamos a liberdade de utilizar conceitos de autores do marxismo que muitas vezes têm origem em sistemas epistemológicos diversos e, às vezes, até mesmo divergentes (como por exemplo Lukács e Althusser), não na pretensão de estabelecer nenhum tipo de síntese epistemológica ou conceitual, mas por entender que seriam de extrema relevância na sustentação teórica para problematização de determinados temas. Além do que, esta prática tem sido recorrente nas formulações dos expoentes da teoria da comunicação marxista contemporânea (Fredric Jameson, Terry Eagleton e outros), e acreditamos que ela pode ser interessante no sentido de apontar convergências temáticas mesmo que em sistemas epistemológicos diversos. E a identificação destas temáticas podem, no nosso entendimento, potencializar o estabelecimento de uma práxis, ou seja, de uma interação entre os trabalhos acadêmicos e as lutas sociais.

Por fim gostaríamos de enfatizar que se, por um lado, essa monografia não contou com nenhum trabalho de campo ou pesquisa empírica metodologizada, por outro foi inspirada e estimulada pela participação do autor no movimento estudantil e pelo contato com diversos movimentos sociais (popular, camponês, sindical, etc.), onde pudemos travar

contato, inclusive pessoal, com participantes de diversos processos de mobilização da América Latina no período recente. Essas experiências foram de fundamental importância para nosso aprendizado e formação, tanto intelectual como pessoal, dos quais este trabalho em última análise, é consequência. Além do que, foi esta participação política ativa que estimulou diretamente o autor a escrever um trabalho que pudesse ser uma ponte entre as questões debatidas em âmbito acadêmico e as mobilizações e, assim, buscar contribuir de maneira humilde com a discussão de alguns temas que o proletariado terá que enfrentar, para responder aos grandes desafios e tarefas apontadas pelo amanhecer do século XXI, rumo à sua emancipação.

## 5 Bibliografia

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max – *Dialética do Esclarecimento; Fragmentos filosóficos* Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.

AHMAD, Aijaz, *Cultura, nacionalismo e o papel dos intelectuais in Em Defesa da História- Marxismo e pós- modernismo.* . Org. , Ellen MeisinsWood Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro- Jorge Zahar Ed., 1999

ANDERSON, Perry - *Antinomias de Gramsci. Crítica Marxista*, São Paulo,v 1, n.1 p.7-74,1986.

ALTHUSSER, Louis.- *Aparelhos ideológicos do Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado.* Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª Edição.

\_\_\_\_\_ - *A Favor de Marx.* Tradução de Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: ZAHAR 1979, 2ª Edição.

BOURDIEU, Pierre- *Contra Fogos 2.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991

CHAVEZ, Hugo- *El golpe fascista contra Venezuela “ Aquí está en juego la vida de la Pátria”*- Havana, Ed Plaza, 2003

EAGLETON, Terry-*As ilusões do Pós –Modernismos.* Tradução Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jor ge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_ - *A Ideologia e suas Vicissitude no Marxismo Ocidental in Um Mapa da Ideologia.* Org.Slavoj Zizek. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro:Contraponto, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere –* Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBBSAWM, Eric - *A Era dos Extremos* Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER., Max – *A Eclipse da Razão*, Rio de janeiro, Labor, 1976

JAMESON, Fredric- *As Marcas do Visível.* Tradução Ana Lúcia de Almeida Gazolla, João Roberto Martins Filho, Klauss Bradini Gerhardt, Marcos Soares, Neide Aparecida da Silva, Regina Thompson, Roneide Majer. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

\_\_\_\_\_*-O Pós Modernismo e Mercado in Um Mapa da Ideologia.* Org.Slavoj Zizek. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro:Contraponto, 1996.

\_\_\_\_\_*Pós Modernismo Lógica Cultural do Capitalismo Tardio.* Tradução Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Editora Ática, 2002.

LEAL, Leovegildo- *Jornalismo em Agonia*, Revista Mediação/Curso de Comunicação Social-FUMEC, ano3, n3, 2003.

\_\_\_\_\_*Neo Liberalismo e a Crise da Social Democracia.-Inédito*

LUKACS, Georg –*Reificação e Consciência de Classe- Historia e Consciência de Classe.* . Tradução de Telma Costa. Rio de Janeiro: Elfos Ed; Porto, Portugal: Publicações Escorpião, 1989, 2ª Edição.

NOBRE, Marcos- *Lukács e os Limites da Reificação: um estudo sobre Historia e Consciência de Classe.* São Paulo: Editora 34, 2001.

MARX, Karl– “O Capital”. Rio, 1988, Bertrand Brasil.

PETRAS, James – *Império e políticas revolucionárias na América Latina.* Tradução de Carmen Cristina Cacciaccaro – São Paulo: Xamã , 2002.

ZIZEK, Slavoj –*Como Max inventou o sintoma? in Um Mapa da Ideologia.* Org.Slavoj Zizek. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro:Contraponto, 1996.

WOOD, Ellen Meisins – *O que é a agenda “pós moderna”?*in *Em Defesa da História-Marxismo e pós- modernismo.* . Org. , Ellen MeisinsWood Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro- Jorge Zahar Ed., 1999